



Otto Lara Resende e
Pedro Nava (Rio, 1983)

Pedro Nava: o abismo da memória

FÁBIO LUCAS

~ Emoções e confissões

A literatura confessional brasileira é extensa e, em alguns momentos, excepcional. Parece provir de uma tradição lusitana, daquela a que se opunha, com todo o seu poder de crítica e de assepsia verbal, o poeta e ensaísta João Cabral de Melo Neto.

Tomemos alguns exemplos. O interesse primordial é demonstrar que, a partir do caráter pessoal e auto-referente, alguns autores transcendem a narratividade do “eu” para alcançar um projeto superior de criação e de expressão literária.

Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, cansou-se de afirmar, em entrevistas e depoimentos, o caráter confessional de sua poesia. E o seu exacerbado individualismo. Ao recordar o namoro com o Partido Comunista, o poeta um dia assim se pronunciou: “Não fizeram uma carga pesada sobre a gente, porque sabiam que eu tinha um temperamento muito individualista. Isso eu confesso que sou.

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, especializou-se em Teoria da Literatura. Autor de 40 obras de Crítica Literária e Ciências Sociais, entre os quais *Razão e emoção literária* (1982), *Vanguarda, história e ideologia da literatura* (1985), *Do barroco ao moderno* (1989), *Luzes e trevas – Minas Gerais no século XVIII* (1999), *Murilo Mendes, poeta e prosador* (2001).

Cara fechada eu acho que não sou, mas individualista confesso que sou, inteiramente. É meu temperamento, minha natureza.¹

E, em entrevista a Cristina Sena, pontua: “Toda a minha poesia é confessional, são meus problemas, a minha dificuldade de adaptação à vida, todo esse sofrimento. Mas eu fazia isso de uma maneira velada, não era nunca na primeira pessoa. E quando era na primeira pessoa, era uma primeira pessoa imaginária.”²

Toda a prosa de Fernando Sabino pode traduzir-se num longo solilóquio em busca do “eu” e da auto-afirmação pela literatura. Crônicas e ficções, por mais variadas que se apresentem, passam por essa impressão. Com a publicação das cartas trocadas com Clarice Lispector, Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino e Paulo Mendes Campos,³ confirma-se a tendência “secular” do escritor. Basta recordar que, em entrevista a Clarice Lispector, para a revista *Manchete*, em 1968, Fernando Sabino tenha dito: “E a verdadeira inspiração é aquela que nos impele a escrever sobre o que não sabemos, justamente para ficar sabendo.”⁴ E, em correspondência a Otto Lara Resende, a 3 de setembro de 1944, o jovem Fernando Sabino já reflexionava: “O presente, como tal, é apenas a soma do ultra-instantâneo de cada momento isolado, que se converte de não sabido em já morto.”⁵

Chegamos ao ponto principal deste trabalho: as memórias de Pedro Nava. Antes, porém, um lembrete. Vivemos uma época de memorialismo incontornável. O romance histórico voltou às primeiras páginas do noticiário. No Brasil, tivemos a publicação, em dois volumes-bíblia, do *Diário Completo* de Josué Montello (Rio, Nova Aguilar, 1998), compreendendo o *Diário da manhã*, *Diário da tarde* e *Diário do entardecer*. Um prodígio de escritura do “eu”, que repre-

¹ Cf. Geneton Moraes Neto, *O Dossiê Drummond*. S. Paulo, ed. Globo, 2ª ed., 1994, p. 76.

² In *Leia*, ag. 1985, reproduzida em *JL – Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa, nº 162, ag. 12 a 18, 1985.

³ In *Cartas perto do coração* – Dois jovens escritores unidos ante o mistério da criação (Rio, Record, 2001) e *Cartas na mesa* – Aos três parceiros, meus amigos para sempre (Rio, Record, 2002).

⁴ *Cartas perto do coração*, p. 211.

⁵ *Cartas na mesa*, p. 27.

senta vasto depoimento sobre a convivência literária. Convivência com escritores e com as obras, do Brasil e do exterior. Um painel dilatado da vida literária e do seu subsolo. Na verdade, Josué Montello consagra-se ao gênero “diário” com o mesmo vigor e a mesma abrangência com que Pedro Nava devastou o gênero “memórias”. Ambas as formas são instâncias da cronografia ou, em última análise, da historiografia. Ali se encontram, ao longo do tempo, a leitura dos outros e a contribuição crítica a muitos textos e eventos.

Confissões, memórias, diários... tudo são capítulos do grande universo do passado, a serviço da história da literatura e dos leitores. A trajetória do ser humano tem sido marcada pela busca insofrida das origens e pela ânsia de desvendar o porvir. O movimento é o mesmo e as duas emoções se mesclam continuamente.

Pedro Nava cultivou longo tropismo pelo tema da morte. As suas memórias estão cravejadas de momentos derogatórios, quando não funéreos. Quando se acercou da velhice, o escritor talvez tenha julgado que bastaria o projeto literário para mantê-lo ativo, vibrante e resignado com os efeitos da decrepitude. Mas, emotivo, e mais do que isso, impulsivo, não logrou aguardar a ação inexorável do tempo. Apressou-se a um deliberado gesto de auto-extermínio.

Mas o que ficou dele foi uma proeza sem paralelo na arte da literatura memorialística. É que Pedro Nava levou o seu engenho à máxima potencialidade. Assim, temos um relato memorialístico dentro do qual cabem incontáveis virtudes literárias. A começar pela linguagem em que o “eu” narcísico se perde numa construção original, de domínio absoluto de um estilo autóctone, irreduzível a qualquer modelo anterior. Ademais, o próprio autor reitera que não gostava de falar de si, mas dos outros.

Deste modo, o teor das memórias de Pedro Nava impregna-se mais da descrição de terceiros (às vezes em tom amargo, outras com uma doçura encantadora), de juízos de valor e da reflexão sobre os objetos e as circunstâncias do mundo. A aptidão para as artes plásticas dotou o seu estilo de uma grande energia descritiva, de um relato tão pormenorizado dos acidentes, que a visibilidade se apoderou do seu enredo. Além do mais, a reconstituição das pessoas

com quem conviveu, do meio, da atmosfera e dos lugares por onde andou representam um caso raro de historiografia humana, uma espécie de antropologia cultural de caráter literário.

Jamais a literatura brasileira experimentou um projeto tão ousado. O enciclopedismo do autor, seu detalhismo narrativo, suas evocações líricas, seu aze-dume diante da impostura, seu senso crítico conferiram à sua escrita um lastro polêmico e intelectual inigualável. E, ao mesmo tempo, inspiraram retratos físicos e psicológicos das grandes figuras do século XX. A fisiognomonía teve com as suas memórias instantes de elevação suprema.

A tudo isso se acrescentam análises, interpretações e julgamentos de autores, pintores, escultores, músicos, arquitetos e cientistas em número e exatidão incomparáveis.

Por último, Pedro Nava, tendo palmilhado os caminhos do Modernismo, traz recordações e aspectos inéditos da renovação literária brasileira no século XX. A leitura de seus livros de memórias constitui uma das aventuras intelectuais mais ricas a que um leitor exigente pode ser conduzido. Uma historiografia cultural a que se juntam os prazeres da ficção e as emoções da poesia.

Pedro Nava, após uma vida exemplar de médico, à qual não faltaram a indagação histórica e a investigação dos meios, das conquistas técnicas, e da sua razão de ser, entregou-se desvairadamente à reconquista do tempo perdido pela via do memorialismo escrito.

Nasceu a 5 de junho de 1903, marco inicial. Viria a falecer a 14 de maio de 1984, marco terminal, dramatizado pelo suicídio do escritor.

Não obstante as incursões literárias e artísticas de Nava, a tal ponto que tenha sido colaborador de *A Revista* (1925), de inspiração modernista em Minas Gerais, e que Manuel Bandeira haja incluído seu poema “O defunto” (1938) na *Antologia de poetas brasileiros bissextos contemporâneos* (1946), o grande surgimento do memorialista, o seu mais histórico marco literário se dará em 1972, com *Baú de ossos* e terá prosseguimento com *Balão cativo* (1973), *Chão de ferro* (1976), *Beira-mar* (1978), *Galo-de-trevas* (1981) e *O círio perfeito* (1983). Preparava mais um volume daquele interminável levantamento do passado – *Cera das almas* –

quando o inesperado se interpôs ao seu projeto: suicidou-se, deixando perplexos os amigos e leitores.

Note-se que o primeiro vislumbre de auto-extermínio, conta-se em *Balão cativo*, p. 285, se deu no primeiro dia de internato no Colégio Pedro II, pelos idos de 1916. Suas memórias, o grande marco, começaram a ser publicadas quando completara 69 anos de idade. Conforme depôs ao *Jornal da Bahia*, a 4 de agosto de 1974, quando lançou *Chão de ferro*: “O personagem central não sou eu. É o fato. É sobretudo o tempo. Em minhas memórias, procuro fugir tanto quanto possível do autobiográfico e apareço apenas como narrador de fatos de que fui testemunha, ou deles tive conhecimento por terceiro.”

~ O abismo da memória

Médico, artista e escritor, Pedro Nava dedicou-se obsessivamente às suas ocupações, cada qual já de si uma atividade absorvente. A princípio, concentrou-se na tarefa de salvar a vida das pessoas, ou, quanto possível, minorar seus males. E, quando sentiu que a prática da Medicina, a cuja história dedicara páginas imorredouras, escapava-lhe das mãos, voltou-se para a paixão reclusa, aquela que desde cedo mordida os seus calcanhares: a escrita literária. Meta: trazer o passado ao presente, reconstruí-lo, dramatizá-lo pela palavra, a fim de reconquistar a auto-estima.

Assim, tivemo-lo, até os 69 anos de idade, em incursões passageiras, todavia não despiciendas, ao território das Artes: leitura das mais notáveis obras da literatura universal e da brasileira, culto diário das artes plásticas, desenhos, pinturas e observação crítica das obras nacionais e estrangeiras, participação efetiva na implantação do Modernismo. Em Minas, companheiro de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Afonso Arinos de Melo Franco e toda a geração de intelectuais que, com *A Revista* (1925-1926), aderiu à renovação literária, não deixou de manter amizade com Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os grandes propulsores do movimento modernista. A 10 de junho de 1961, onze anos, portanto, antes da estréia do memorialista com

Bau de ossos (1972), proferiu uma conferência no Real Gabinete de Leitura do Rio sobre um tema que reunia a Medicina e a Literatura, dois suportes da vida do autor: “A medicina de *Os Lusíadas*”.

Mas, até 1972, o principal foi a dedicação à Medicina. Depois de variada experiência, em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, no interior de São Paulo e, principalmente, no Rio, acabou por notabilizar-se como reumatologista. Criou o primeiro serviço de Reumatologia no Rio e a cadeira de Reumatologia na Universidade Católica do Rio, a primeira não só no Brasil, mas também em todo o continente americano.

Produziu mais de trezentas comunicações científicas. Lutou gravemente para dignificar o exercício da profissão, tendo-se atritado com vários colegas, até que percebeu o próprio declínio profissional.

Então, atirou-se ao gênero das memórias, publicando, de 1972 a 1983, seis grossos volumes. Trazia para a literatura brasileira um novo estilo, um novo conceito de confissão, de depoimento pessoal, de memorialismo literário.

Já tínhamos abundante tradição no campo, mas Pedro Nava o subverteu e inovou. O êxito editorial foi impressionante. Na sua prosa memorialística se condensavam a História, a Ciência, as Artes, o senso crítico, a informação enciclopédica e o espírito criador, mestre que foi da frase expressiva e da invenção de neologismos. Ninguém ousara tanto no gênero. Analisou e configurou de tal sorte as instituições humanas que, parece, nada lhe escapou. Tivemos uma espécie de Novo Enciclopedismo brasileiro, uma visão libertária de obras e pessoas, uma revolução formal na busca do tempo vivido.

Muito se disse do parentesco de Nava com Marcel Proust. Ele nunca deixou de ter o romancista francês entre os seus deuses, assim como Saint-Simon. Misturou pesquisa histórica com sensibilidade artística e angústia vivencial. Mas não se tornou um proustiano caudatário. Tinha um texto muito próprio, uma visão ora polêmica, ora lírica do mundo, que o fizeram aproximar-se tanto da prosa narrativa quanto da poesia pura.

Dos seus livros o leitor poderá isolar páginas e páginas de significação artística e científica. Contos e novelas se misturam a poemas e sátiras. A História e

a Medicina encontram nele um pesquisador renascido, pois, antes de se tornar escritor reverenciado, já havia tentado destacar as figuras exponenciais da Medicina no Ocidente e no Brasil. A classe médica conhece, dele, *Território de Edipauuro* – Crônicas e histórias da Medicina (Rio, Ed. C. Mendes Júnior, 1947) e uma *Introdução ao estudo da Medicina no Brasil*, em edição de “Brasil Médico” de 1948. Depois, no capítulo II da revista *Brasil Médico-Cirúrgico*, fala do “Ciclo da influência portuguesa na Medicina brasileira”.

O grande paradoxo humano encontra-se cintilante na morte do memorialista: como o homem que se voltou tanto para a cura das moléstias do corpo e do espírito, como o maior memorialista do país, pôde interromper seu tecido literário abruptamente, numa decisão radical que o levou ao suicídio?

Como são revoltas as águas da grande corrente da vida! Ao menor descuido, a uma simples explosão do gênio impulsivo, eis cortada a carreira de um escritor no auge da glória. Tivemos, em nossa história literária, alguns casos de auto-extermínio. O mais eloqüente talvez seja o de Raul Pompéia, que encenou o suicídio para uma data especial, o Natal, a 25 de dezembro de 1895, em pleno vigor de seus trinta e dois anos de idade.

Sentimos que faltou à crítica da obra de Pedro Nava mais cuidadosa análise da contribuição do estilo de Raul Pompéia à prosa barroca do memorialista. Ambos impulsivos, ambos fixados no fetiche da honradez.

Depois de perlustrar os seis volumes de memórias de Pedro Nava, o que se publicou *post mortem* foram amostras de seus cadernos de anotações. Primeiro, vieram as ligeiras impressões de viagem: *Viagem ao Egito, Jordânia e Israel* (S. Paulo, Giordano/Ateliê Editorial, 1998). Existem, ali, trechos preciosos de observação, desenhos e montagens ilustrativas que atestam o gosto documental do autor, a sua extrema habilidade para o desenho (outro ponto de convergência com Raul Pompéia, ilustrador emérito de capítulos de *O Ateneu*).

A viagem de Nava a Egito, Jordânia e Israel data de 1958. Algumas notas que vieram a lume em 1998 são valorosas. Além das entusiásticas referências às conquistas de Israel (pp. 44-47), temos reflexões ainda hoje pertinentes, dado o seu conteúdo crítico:

“Descendo da igreja da Visitação, uma das mais fabulosas paisagens que já vi. As montanhas da Judéia sob a luz irreal de um céu liso, compacto, opalescente e sem nuvens – todo avermelhado no poente e leitoso no nascente onde subia a lua cheia. Frio e silêncio. Em baixo o vale cheio de prateleiras de vegetação como degraus na montanha trabalhada. Diante, Ain-Karen acendendo suas luzes e com as ruas cheias de crianças. Dá pena imaginar que toda essa paz seja fictícia e que as populações separadas por poucos metros de casas destruídas e pelos arames farpados da *no man’s land* que corta a cidade de Jerusalém, estejam na realidade afastadas por quilômetros de ódio e de incompreensão – sem perceber que o túmulo de Davi, o Santo Sepulcro e a Mesquita de Omar, encostados uns aos outros, só indicam a necessidade de coexistência e entendimento. O símbolo a ser tomado seria o da Mesquita de Omar – onde está a pedra do sacrifício de Abraão – sagrada para muçulmanos, cristãos e judeus. A lição da inutilidade da luta está nas construções superpostas; igrejas bizantinas destruídas, reconstrução dos cruzados por Saladino, reconstrução nos tempos modernos. Esse jogo monótono devia parar.” (Ob. cit., pp. 39-41.)

Depois vieram os *Cadernos 2 e 3* (S. Paulo, Giordano/Ateliê Editorial, 1999), um mergulho nos guardados de Pedro Nava. Textos, desenhos, projetos, jogos de palavras, recortes de escritores amigos, etc. Tudo com o pontual comentário do memorialista, seu aceso e agudo modo de encarar pessoas e opiniões. Em determinados envelopes que encerravam artigos de contemporâneos (como Otto Lara Resende e Affonso Romano de Sant’Anna) ele inscreveu: Brasil Cão.

Dada a notoriedade de sua obra, Pedro Nava era muito assediado pelos jornalistas. Deu incontáveis entrevistas, recebeu vários prêmios. Ficaram certas meditações, dos depoimentos jornalísticos, que valem a pena ser explorados. Serão mencionadas adiante.

Voltemos: eis uma pequena anotação do *Caderno 1*, bastante reveladora do estado de espírito do autor: “Tenho de descobrir em mim a força de ocupação, felicidade e indiferença que resistam contra o aniquilamento, o vácuo e a irritação que vão me puxando como um rodaminho na água.” (Ob. cit., p. 10.)

Ao lado disso, pululam nos cadernos jogos ideativos, ricos da criatividade sempre presente. Exemplo: um exercício com os números, de que destacamos: “6 – bunda grande em mulher magra; 9 – peito grande em mulher magra.” Adiante: “O aspecto cisneal e deslizante do dois 2.” Curiosa a reprodução de assentamentos de uma cliente do Nava, de 89 anos, Júlia dos Santos Barbosa, em que se tem um “Provérbio irlandês: Todo mundo é inteligente enquanto não falha.” E uma “Toada sertaneja: Não se empresta o coração.../ Dá-se logo... Pois é fado / Que aquilo que a gente empresta / Não volta, ou volta quebrado.”

Ficaram, ainda, trechos do derradeiro livro projetado por Pedro Nava, *Cera das almas*. São 36 páginas, em que o memorialista se identifica ao personagem José Egon Barros da Cunha. Da página derradeira de *Círio perfeito* (p. 579), datada de 18 de setembro de 1983, consta em rodapé: “A continuação destas memórias estará em Pedro Nava, *Cera das almas* (em preparo).” A sobrevivência do autor em função das letras estava prometida. É que, no fim da vida, o futuro de qualquer ser humano se refugia no passado. E a literatura se encarrega de ressuscitar o passado em termos estéticos, cumprindo uma função emocional.

Pelo visto, as publicações póstumas prolongam a face dramática (às vezes lúdica) de *Galo-das-trevas* (1981) e de *O círio perfeito* (1983), principalmente o horror da velhice e algumas confissões espantosas de busca do prazer sexual. *Galo-das-trevas* apresenta, aqui e ali, o que poderia caracterizar-se como o inventário escabroso dos efeitos da decrepitude no corpo e no espírito humano. *O círio perfeito* rememora passagens sombrias da vida, referentes à penosa busca da felicidade. Ambos os volumes merecem uma análise à parte, para exemplificar o poder da argumentação e de criação literária do autor, que se sente na virada da montanha. Um crepúsculo transformado em espetáculo inigualável de beleza estética.



Simone de Beauvoir, militante pela liberdade de
contraceção e de aborto

Principais obras: *Pyrrhus et Cineas* (1945); *Pour une morale de
l'ambiguïté* (1945); *Le deuxième sexe* (1949)

AVORTEMENT
ET CONTRACEPTION
LIBRES ET GRATUITS
COMITÉ DE LIBÉRATION DES FEMMES
67, 9884, 10000

Breve perspectiva histórica do feminismo nascente

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

No presente ensaio, atrevo-me a uma breve abordagem histórica do feminismo em suas etapas iniciais. Para tal, pretendo registrar alguns nomes entre os mais eminentes que se debruçaram sobre a questão no desenvolvimento inicial do movimento.

Quanto à literatura propriamente feminista, recomendo uma antologia organizada por Miriam Schneir – *Feminism in Our Time* – que reúne textos do que mais relevante teria sido escrito sobre o tema entre 1949 e 1993. Em obra anterior, Schneir reuniu trabalhos de mulheres que foram pioneiras do movimento, de meados do século XIX até depois da I Guerra Mundial, e alega que, entre 1920 e o após-guerra de 1945, o feminismo atravessou um período sombrio em que só brilharam Virginia Woolf e Simone de Beauvoir. Não sei se correta seria essa opinião.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais. Embaixador do Brasil em Lagos, Israel, Chipre, Oslo, Islândia, Quito e Varsóvia. Professor universitário, membro da Academia Brasileira de Letras. Autor de inúmeras obras, entre as quais: *Shangai – aspectos históricos da China moderna* (1944), *Política externa, segurança e desenvolvimento* (1967), *O Brasil na idade da razão* (1980), *O evangelho segundo Marx* (1982), *A ideologia do século XX* (1985), *Utopia brasileira* (1988), *Decência já* (1992).

O feminismo registrou, no entanto, algumas relevantes antecessoras no período do Renascimento. Contemporâneas de Agnès Sorel e Jeanne d'Arc, duas mulheres de profundo impacto na história merecem ser recordadas e homenageadas. A primeira, que teria convivido na corte de Charles VII com a donzela de Orléans e com a amante do rei, é a italiana Christine de Pisan. Nascida em Veneza, mas tendo residido em França, onde se tornou uma poetisa famosa e morreu em 1430, é Christine conhecida por suas baladas e queixumes amorosos, de protesto contra as sátiras antifeministas do *Roman de la Rose*. Uma das baladas, no francês ainda arcaico da época, exalta a solidão e a independência:

*Seulete suy et seulete vueil estre
Seulete m'a mon doux ami laissiée,
Seulete suy, sans compaignon ni maistre,
Seulete suy, dolente et courroucée.*

A outra, inglesa, é a Wife of Bath, referida por Chaucer (século XIV). Tomando posturas audaciosas em matéria do relacionamento entre marido e mulher, esta criatura notável levantou um tema que algumas feministas revolucionárias do século XX iriam enfatizar. É a mulher e não o homem que deve tomar a iniciativa no sexo e, pela sua técnica amorosa, dominar o companheiro. Na América do século XVII encontramos a figura admirável de Anne Hutchinson. Mulher de uma fortaleza invulgar, mãe de doze filhos, capaz de ser parteira de si-própria, pregadora, teóloga e digna companheira dos mais ousados pioneiros da Nova Inglaterra, Anne antecipou a idéia de que a mulher está tão disposta quanto um homem a exercer o sacerdócio.

Concretamente, podemos observar que, como tal, é o feminismo pela primeira proposto em fins do século XVIII pela personalidade curiosa de Mary Wollstonecraft. Wollstonecraft (†1797) é o nome que marca todo o processo. Na atmosfera da Revolução Francesa, parte da qual assistiu in-loco, Mary teve uma vida intelectual e sexual acentuada. Ela pertencia a um grupo radical do qual fizeram parte Thomas Paine, prócer da Independência americana, o

poeta romântico William Wordsworth e o artista, poeta e místico William Blake, cujas criações geniais têm crescido em reputação na atualidade. Wollstonecraft é autora – um marco do feminismo – da obra *Vindications of the Rights of Woman*, publicada em 1792. Nela pela primeira vez se reivindica explicitamente os “direitos da mulher” em posição de igualdade com os homens.

Já anteriormente, porém, é interessante a correlação do argumento de Mary com a iniciativa do marquês de Condorcet, durante a Revolução de 89, ao qual teria inspirado a idéia de introduzir na Convenção um projeto de lei dando-lhes direitos iguais de educação. Com o socialista utópico extravagante William Godwin viveu Mary algum tempo antes de contraírem matrimônio em benefício de sua filha, também batizada Mary, que seria esposa do poeta Shelley, logo seguido da própria morte prematura. A vida dessas duas criaturas excepcionais foi terrível. Godwin e Shelley aperfeiçoaram o talento de tornarem extremamente desgraçadas todas as mulheres com que se meteram. Viveram todas em situações escabrosas e geraram uma enorme prole de filhos ilegítimos que morriam cedo. O feminismo não lhes trouxe felicidade... Num momento importante da obra que criou, Mary Wollstonecraft argumenta que as mulheres devem ser esclarecidas de maneira a não se tornarem objetos passivos dos “tiranos e sensualistas” que tentam mantê-las na escuridão “porque os primeiros apenas querem escravas e os segundos brinquedos (*playthings*)”. Os princípios básicos da revolta feminista estão concentrados na tese. No entanto, Wollstonecraft hesitava em sua ambivalência entre a consciência do poder de suas próprias paixões e a simpatia pela hipótese liberal de que a capacidade do ser racional independe do sexo. Mary de fato enfrentava um problema, o mesmo que, insistentemente, angustia as feministas – o da contradição entre as qualidades emocionais e afetivas da psique da mulher, junto com a experiência da maternidade, e o desejo de identificar-se ao caráter mais lógico da mente masculina.

Acontece que a Revolução de 1789 não teve conseqüências momentosas no terreno da “libertação” feminina. Os jacobinos muito berravam “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, ao carregarem os *aristos* para o machado, mas ficou

tudo na retórica. As mulheres continuaram desiguais e limitadas em sua liberdade: contentando-se em ir assistir às execuções aos gritos histéricos do “*Ça ira! Ça ira! Ça ira!*” e, ocasionalmente, fazer arruaças ou carregar a cabeça ensanguentada de uma princesa na ponta de uma lança. Na Comuna de 1871, distinguiram-se as *pétroleuses*, notáveis pelo seu pendor incendiário. Elas destruíram pelo fogo as Tuilleries, o antigo Hôtel de Ville e outros monumentos de Paris, a maioria dos quais logo reconstruídos.

No Brasil, nem a Independência, nem a República tiveram tampouco influência imediata sobre a posição das mulheres. O mesmo desapontamento ocorreu com os judeus. Receberam promessas de cidadania e de convocação do Sanhedrin que foram logo esquecidas. A evolução dos costumes no século XIX, e não a Revolução, é que iria realizar o progresso. O Código de Napoleão, o mesmo que ainda nos serve de modelo, é profundamente reacionário em matéria de direitos da mulher. Sanche de Gramont opina no sentido de que o Imperador era um misógino, entre outros motivos em vingança por haver sido tantas vezes chifrado por sua primeira mulher, Joséphine. Só em 1938 foi suprimido, em França, um artigo do Código que exigia das esposas obediência aos maridos. Outro artigo, o de nº I.124, inferiorizava perante a lei os criminosos condenados, os menores de idade e as mulheres casadas. François Giroud com a pasta da Condição Feminina, acusa Napoleão de “detestar as mulheres, salvo para uso particular”... Contrariando o machismo do *Empereur*, Giroud, que foi ministro no gabinete de Giscard d’Estaing, é responsável pela abolição da legislação contra o aborto, o uso da pílula e outros métodos anticoncepcionais, e o combate a diversas formas de discriminação sexista no mercado de trabalho. Só em 1969 as francesas obtiveram o direito de comprar contraceptivos. Veja-se como escandalosamente recentes são essas conquistas! Elas se vingaram, talvez, dando uma conotação especial ao termo inglês *French Kiss*...

Mas no sentido do poder político, o feminismo já se fazia subterraneamente sentir nos Estados Unidos, que acabavam de conquistar a independência, antes da França e da Inglaterra. Do mesmo modo como a cláusula da “igualda-

de dos homens perante a lei” causava espécie, quando se considerava o problema dos negros escravos, principiava a despertar a atenção a desigualdade das mulheres. A exigência de virtude conjugal nos altos círculos do governo parece se haver limitado aos tempos heróicos de Washington. Sabe-se que uma série de presidentes tiveram “casos”, mantidos com excepcional discrição a fim de não causar escândalo. Um episódio triste foi o da esposa do general Andrew Jackson, que morreu de desespero (1828) ao ser vitimada por uma acusação de adultério, numa campanha de difamação dirigida contra o marido, o primeiro presidente populista que governou os Estados Unidos. Várias outras esposas de presidentes ilustraram a Casa Branca antes da recente ideóloga, inteligente, ambiciosa e complacente Hillary. Uma delas foi Mary, esposa de Lincoln, sem a qual se diz teria sido pouco provável que o marido se houvesse transformado no presidente extraordinário que, vitoriosamente, conduziu a nação através de sua pior crise. Outra foi Edith, amante e segunda esposa do melancólico e austero Woodrow Wilson. Era uma mulher emancipada que já se notabilizara por haver sido a primeira a conduzir seu próprio automóvel pelas ruas de Washington. Conta-se uma piada a seu respeito. Certa manhã, ela telefonou a uma amiga e, muito excitada, anunciou: “Imagina, *my dear*, o que me aconteceu esta noite! O presidente me pediu em casamento. Fiquei tão atordoada que caí da cama...” A piada foi divulgada por um diplomata inglês, logo considerado *persona non grata*.

Os Estados Unidos desempenharam um papel de vanguarda na Revolução sexual e, sem dúvida alguma, no desenvolvimento dos direitos das mulheres, razão pela qual estamos dando tanta ênfase naquilo que suas mulheres fizeram e escreveram. No entanto, não se deve esquecer tampouco que, no atual Congresso, apenas dez mulheres, uma das quais negra, podem ser incluídas entre os 435 membros da Câmara dos Representantes. No Senado há duas únicas mulheres, uma delas Hillary Clinton, preparando-se para concorrer à Presidência. Algo parecido no nosso Congresso.

Falemos agora do feminismo antigo em nosso próprio país. No Brasil, a ausência da mulher no poder público durou ainda mais tempo do que em outros

países desenvolvidos. É mister salientar, contudo, que foi a Princesa Isabel, como Regente na ausência do pai, o Imperador D. Pedro II, a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe de Estado em todo o continente americano. É um marco histórico raramente lembrado! Não devemos, porém, esquecer que, nas eleições de 2002, é pela primeira vez cogitado o nome de mulheres políticas para o cargo de vice-presidente da República. Sem grande alarde, no período de governo de Getúlio Vargas e com a presença limitada de mulheres discretas mas influentes na política, Berta Lutz e Rosalinda Coelho Lisboa em particular, foram elas obtendo seus direitos políticos, de acordo com os hábitos imitativos que cultivamos de tudo quanto se descobre de “avançado” na “sociedade exemplar” da Europa e América do Norte. Nesse terreno, nosso país reagiu adequadamente à modernidade, o que, infelizmente, não tem conseguido em outros setores. O divórcio demorou, mas acabou triunfando graças aos esforços do senador Nelson Carneiro e outros pioneiros. Seria igualmente injusto deixar de mencionar sua contribuição cultural, conforme registrado por Margarida Patriota numa conferência em Toronto, Canadá, em outubro de 1997. No Brasil, teve Mary Wollstonecraft uma discípula na pessoa de Dionísia Gonçalves, em Recife, que publicou *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens* em 1832, inspirada numa tradução francesa da obra *Vindications*. Depois de haver sido repudiada por um marido, ficado viúva de outro, perder o pai assassinado e vivido em Porto Alegre, no Rio, em Lisboa e Paris, foi autora de vários outros livros e questionada por um crítico que indagou “O que pretende essa mulher metida a homem?”, vindo a falecer aos 75 anos e merecendo o título, quiçá, da primeira feminista brasileira.

Para pormenores sobre os nomes e vida das primeiras escritoras e ativistas brasileiras, no século XIX (pois no período colonial pouco mais faziam, patroas ou escravas, do que satisfazer aos desejos sexuais dos homens e parir uma infinidade de filhos), recomendo a leitura dessa conferência de Margarida Patriota, que cita vários nomes de intelectuais pioneiras, Teresa Margarida da Silva Orta; Violante Bivar, que funda o primeiro jornal feminino (*Jornal das Senhoras*) em 1822; Amélia Freire Beviláqua, casada com Clóvis e fundadora

de *O Lirio*, além de primeira candidata à Academia Brasileira de Letras; Josefina Álvares de Azevedo, responsável pela seção literária de *A Família*, no ano da Abolição; Marina Firmina dos Reis, maranhense professora e romancista que confere à escravidão um tratamento social e morre aos 92 anos; Júlia Lopes de Almeida, escritora e esposa de Filinto de Almeida, que também tentou a ABL, inutilmente, mas teria influenciado a entrada do marido na Academia. É importante a peça de Josefina Álvares de Azevedo, *O Voto Feminino*, levada ao palco em 1893.

No século XX e pondo de lado as vivas, entre as grandes escritoras já falecidas devem ser lembradas Gilca Machado, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Lúcia Miguel Pereira, Cecília Meireles, Clarice Lispector e Dinah Silveira de Queiroz. Um nome a ser especialmente lembrado é o de Carlota Pereira de Queiroz, a primeira deputada no Congresso brasileiro e autora da primeira legislação de cunho feminista. Outras intelectuais admiráveis que me desculpo de não mencionar com comentários mais extensos, não obstante seu valor, são Rachel de Queiroz e Nélida Piñon. Especial menção cabe à Dra. Nize Silveira, que conheci em Zurique há quase 40 anos, quando freqüentávamos o Instituto C.G. Jung. Nize mereceu a admiração do próprio Jung pelo trabalho original já naquela época realizado sobre a expressão artística em doentes mentais do hospício de Engenho de Dentro, no Rio. Ela demonstrou a realidade de motivos arquetípicos nos sonhos e pinturas, mesmo em sujeitos totalmente desprovidos de cultura e de capacidade de raciocínio normal. Grandes nomes de mulheres que brilharam no exterior no terreno artístico são os de Magdalena Tagliaferro e Bidu Sayão. Creio que, nesse setor, estará nosso país fadado a oferecer uma valiosa contribuição à cultura universal.

O ambiente ideológico feminista dominante era obviamente o mesmo na França revolucionária, no radicalismo inglês e na América progressista. Poucos anos depois, as idéias feministas em florescimento graças ao *Enlightenment* encontraram perfeita expressão literária na obra de Jane Austen (†1817). Os romances *Pride and Prejudice*, *Emma* e *Sense and Sensibility* (todos os três se havendo tornado temas de filmes de grande perfeição) procuram descrever mulheres

notáveis não apenas por suas emoções e sentimentos românticos, mas por sua razão, equilíbrio e bom senso. O amor romântico, o moralismo e a racionalidade vitorianos conciliam-se na obra de Austen. Na realidade, criam contradições na estrutura da família que, em pleno século XIX, acabam revelando as brechas nas quais a Revolução sexual introduzirá sua carga de dinamite.

A infidelidade no casamento que, em séculos anteriores, era privilégio dos homens e de algumas mulheres da elite aristocrática, começa a se legitimar através das paixões amorosas dramáticas que escritores, músicos e cientistas exaltam. Ciúmes, infidelidades, traições tornam-se enredos preferidos de óperas. Surge o movimento do “Amor Livre”. Inicialmente, é este recebido com hostilidade apenas pouco menor do que o Anarquismo, como se fosse o fim do mundo, mas a pressão feminista se amplia e diversifica – eis que as mulheres vencem as resistências conservadoras, que nem sempre são sinceras, pois apenas encobrem a obstinação masculina em preservar privilégios do patriarcalismo tradicional. É o matrimônio patrimonialista que começa a ser contestado. O controle da natalidade ou planejamento familiar segue paralelamente às idéias que dizem respeito à libertação da mulher. Métodos contraceptivos já existiam, evidentemente, desde a mais alta antiguidade e o infanticídio também. O *coitus interruptus* (o método de Onan, ou coito vestibular) e o *coitus reservatus*, referido pelo termo *karezza*, eram conhecidos e em documentos egípcios se menciona o uso de técnicas semelhantes. Em que pese já tenha o que é hoje vulgarmente conhecido como “camisinha” sido utilizado por um rei da Inglaterra no século XVII, sendo a invenção atribuída a um cavalheiro chamado Condom. O termo *condom* é hoje sinônimo de camisinha. Mas a tecnologia moderna adequada só começou a surgir no século XIX. O interessante é o relacionamento desses progressos com o movimento feminista e com a consciência que toda a problemática está associada à questão da expansão demográfica, pela primeira vez seriamente levantada por Malthus.

Isso me leva a recordar a piada do médico e humorista americano Oliver Wendell Holmes (†1894). Pai de um ainda mais célebre juiz da Corte Suprema dos EUA, com o mesmo nome, e inspirado ao que consta pela mãe, uma

calvinista rigorosa que morreu aos 93 anos, argumentava Holmes que “é a vida uma enfermidade fatal (*fatal complaint*) e eminentemente contagiosa”... O aforismo merece ser memorizado. Ronald Laing, psicanalista inglês (†1989), era mais cru. A vida, dizia esse fundador da “anti-psiquiatria”, “é uma doença sexualmente transmissível com 100% de mortalidade”. Uma versão malandra do mesmo pensamento, igualmente divertida, encontrei num artigo de Luís Fernando Veríssimo: “Viva todos os dias como se fosse o último. Um dia você acerta...”

Sucedendo a Mary Wollstonecraft, três outras ativistas merecem ser lembradas a esta altura de nosso exame histórico. A primeira, Harriet Martineau, é bastante conhecida. Nasceu no princípio do século XIX e escreveu sobre economia; procurando também pôr em prática as idéias de Malthus, o que a conduziu à defesa dos métodos de planejamento familiar, teria sido uma “feminista cética”, de amplo espectro de interesse. A segunda é Elizabeth Candy Stanton. Esta americana exerceu uma influência ponderável no sentido de obter o direito de voto para as mulheres em meados do século XIX. Infelizmente, a Guerra Civil e a luta contra a escravidão perturbaram sua campanha de “direitos civis” pois, ao contrário do que ocorreria na década dos 60 do século XX, os dois reclamos não se confundiram e muitas vezes interferiram um nos outros. A “*Declaração de Sentimentos*” na Convenção de Seneca Falls (1848) configurou um importante passo constitucional à frente no sentido de demonstrar a “verdade evidente por si-mesma” – que homens e mulheres foram criados iguais em direitos. A filha de Elizabeth, Harriot Stanton Blatch, seria aquela que obteria o direito de voto feminino nos Estados Unidos, em 1920.

Um episódio divertido foi protagonizado por Susan B. Anthony em 1872. Dois anos antes, havia sido aprovado a XIV Emenda à Constituição, concebida para proteger os direitos civis dos escravos recém-libertados. A emenda afirma, simplesmente, que “todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos” são cidadãos americanos e não podem ser privados de seus privilégios e imunidades como cidadãos, nem lhes pode ser negada a proteção igual da lei. Acontece que, se a emenda não faz distinção em termos de raça ou cor,

tampouco se refere ao sexo. Uma “pessoa” tanto pode ser uma mulher, quanto um homem. Aproveitando a dica, Susan Anthony se apresentou, com algumas amigas, diante de um precinto eleitoral e exigiu que o mesário lhes aceitasse o voto. Numa situação de grande comicidade, pego de surpresa pela leitura da Constituição e respectiva emenda, o homem não soube como recusar. Após consulta a um advogado, Susan percebeu seus direitos constitucionais e, sendo presa posteriormente por desrespeitar a lei, enfrentou um juiz machista e teimoso que conseguiu dominar com uma retórica interminável, até deixá-lo esfalfado. O incidente teve repercussão em toda a imprensa americana, causando uma polêmica entre o drama e a farsa, que muito contribuiu para o debate da questão e seu sucesso final. Cabe notar que, entre 1776, 1789, 1848, 1872, 1920 e 1968/69, imensos passos foram dados com intervalos médios de duas gerações, no caminho do voto e da “libertação feminina” integral, em termos da moral e costumes.

Duas outras mulheres importantes no processo são Elmina Slenker e Dora Forster. Queixavam-se estas, não da falta de direitos ou do sexo, mas do fato de os homens não proporcionarem às mulheres, no casamento ou em qualquer relação colorida, o prazer sexual a que têm direito. Em sua obra *Making Sex*, Thomas Laqueur indica ter a evolução do feminismo sido acompanhada por avanços científicos que provaram ser a ovulação independente tanto do coito quanto, naturalmente, da fecundação do óvulo no útero feminino – descoberta sobretudo do naturalista francês F.A. Pouchet em 1847. A pesquisa desmentia muitas crenças, preconceitos e superstições que obstinadamente cercavam o corpo da mulher. Crendices, preconceitos e superstições cercavam mais ainda o ato sexual, a masturbação e o “pecado hediondo”, o homossexualismo. É inacreditável o volume de incoerências e falácias que foram cultivados naquela época, oprimida por complexos, frustrações e enorme confusão. Foi, no entanto, nessa época que, pela primeira vez, se pensou seriamente sobre os problemas do sexo e, ao assim fazer, se preparou a grande “revolução” de nossa época. Salientemos que isso ocorria principalmente em meados daquela centúria, em plena “época vitoriana”, preparando a emergência do pensamento de

Nietzsche, Freud e Jung, ao final da mesma. Anunciava a grande explosão do Eros que ocorreria cem anos depois.

Outro nome particularmente relevante na matéria, como paradigma das incoerências e confusões da época, foi o do inglês libertário radical Richard Carlile (†1843). Carlile contribuiu poderosamente para a emancipação da mulher com sua obra, então considerada revolucionária, *Every Woman's Book*. Combatendo a moralidade sexual convencional em franco paralelismo com as idéias contemporâneas de Fourier, Carlile pregava a libertação das “paixões” sexuais e propunha a construção de Templos de Vênus onde os desejos femininos poderiam ser satisfeitos, higiênica e controladamente, inclusive no adultério. Em outra oportunidade, mencionei as idéias extravagantes de Fourier, explicáveis talvez como contraponto aos tempos terríveis do Terror jacobino, em França, e das guerras napoleônicas. Uma explosão sexual frequentemente acompanha tais acontecimentos coletivos. Um exemplo similar de originalidade é a obra do arquiteto utópico Claude Nicolas Ledoux, falecido em 1806 mas tendo, em pleno período de reação termidoriana do regime do Directoire, em que homens e mulheres procuravam esquecer as angústias por que haviam passado, proposto uma série de planos mirabolantes para o embelezamento de Paris. Um destes era o que Ledoux chamava a “Casa do Prazer”, *Maison du Plaisir* ou *Oikèma*, espécie de imenso palácio-bordel, de forma fálica, que teria servido perfeitamente para os Falanstérios eróticos de Fourier. Ele descreve o projeto, nunca realizado, com palavras um tanto ou quanto confusas: “*L’Oikèma présente à la bouillante et volage jeunesse qu’il attire, la dépravation de sa nudité et le sentiment de la dégradation de l’homme, ranimant la vertu qui sommeille, et ainsi conduit l’homme à l’autel de l’hymen vertueux.*”

A época de tais idéias ainda não havia chegado. Carlile passou grande parte da vida na prisão, por ofensa à moral e aos bons costumes... Editada por M.L. Bush, uma coletânea recente sobre “*Carlile’s Philosophy of Sex*” aborda a personalidade e obra do excêntrico cavalheiro. Um dos pontos pertinentes é que, quase que unanimemente, seus contemporâneos condenavam o homossexualismo, a masturbação e o sexo dos jovens solteiros – mesmo aqueles que, como Blake,

Shelley, James Mill, Bentham e William Cobbett, defendiam o que então se chamava “Amor livre”. Outra curiosidade emanada das loucuras de Rousseau, era a idéia que a sexualidade não era inata, mas produto da sociedade. Carlile alimentava a idéia esdrúxula que o crucifixo é um símbolo fálico e foi o ateísmo o que determinou principalmente sua detenção. Contudo, contribuiu poderosamente para a divulgação do malthusianismo.

A discussão aberta da problemática do controle da natalidade surge nos EUA antes mesmo da Europa. A idéia de contracepção, concomitante do “Amor livre”, começou a ser introduzida através da obra de um médico, Charles Knowlton, que aconselhava métodos adequados em obra publicada anonimamente em 1813, *The Fruits of Philosophy: or, the Private Companion of Young Married People*. O diafragma era indicado como recurso a ser preferido. Não obstante seu caráter discreto e medicinal, dirigido aos jovens casais, o Dr. Knowlton sofreu vários processos e uma prisão de três meses no estado de Massachussets. Na Inglaterra, quando publicado, o livro também provocou celeuma em que esteve envolvida Annie Besant, a famosa “espiritualista”. Outro autor, o grande reformador socialista Robert Owen, publicou sua *Moral Physiology* em 1831, aconselhando vários métodos anticoncepcionais. Mas, já em 1808 o Dr. Samuel Jenning divulgara seu *Married Lady's Companion* em que recomendava várias maneiras de promover o aborto, processo esse que de modo algum era proibido ou tinha sua proibição exigida por lei, na maioria dos estados da Federação americana. É verdade que, desde sempre, métodos e substâncias abortivas eram conhecidas na medicina popular e utilizadas na vida comum. Fundadora do Movimento pelo controle da natalidade nos Estados Unidos, Margaret Sanger (†1966) já estava perfeitamente consciente, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, do relacionamento entre pobreza, mortalidade infantil, fertilidade exagerada que provoca a expansão demográfica descontrolada, e mortalidade feminina precoce no parto ou no aborto. Como feminista ativa, Sanger enfrentou heróica e repetidamente as autoridades tapadas. Muitos promotores invocavam uma legislação arcaica para acusá-la, criminalmente, de “distribuição de literatura obscena”. Consideremos que suas vitórias na Justiça antes da

II Guerra Mundial se adiantam em quase cinquenta anos à descriminalização do controle da natalidade em nosso próprio país. A descoberta da pílula consagrou-a em seu propósito. As estatísticas indicam que, se em 1964, oito milhões de mulheres tomavam a pílula, já eram 35 milhões seis anos depois e 50 milhões em 72. Um dado recente, proveniente da China, estima em 4 bilhões o número de pílulas anualmente ingeridas pelas chinesas para se conformarem às injunções de seu governo, autoritariamente empenhado em conter a explosão da maior população do mundo, já hoje de 1,2 bilhão de seres. O DIU e o diafragma colaboraram com outros tantos milhões. A extensão do aborto legal foi outro fator eficiente de planejamento familiar.

Margaret Sanger, Elmina Slenker, Dora Forster e a anarquista Emma Goldman ansiavam também por serem amadas: “desejamos os sexos de se amarem mais do que agora”, “queremos que se abracem abertamente, francamente, ardentemente; que gozem das carícias, dos abraços, dos olhares, da voz, da presença e dos próprios passos da pessoa amada.” Detrás da racionalidade de um movimento pelos direitos da mulher, inclusive de uma idealização do orgasmo – manifestada às vezes como um direito – se descobre também uma visão utópica do amor livre como suscetível de conduzir ao paraíso, ecos das alucinações de Fourier e dos gnósticos adamitas medievais. Interessante é por isso a vida e obra de Emma Goldman (†1940). Nascida na Rússia em 1869, imigrada nos Estados Unidos quando ainda adolescente, exilada para a União Soviética em conseqüência de suas atividades subversivas e, posteriormente, refugiada na Inglaterra, essa agitadora sentimental e anarquista se rebelou tanto contra Marx como contra Freud. Na obra *My Disillusionment in Russia*, ela foi uma das primeiras testemunhas a denunciar a tirania stalinista, numa época em que um número enorme dos mais ilustres bobocas da *intelligentsia* européia e americana se babavam de admiração pela URSS. E contrariando o fundador da psicanálise, ela salientou que o impulso criativo não é o resultado da repressão, nem conseqüentemente da “sublimação” da Libido: “não é um antídoto do instinto sexual mas parte de sua poderosa expressão... O sexo é a fonte da vida... Onde falta o sexo, tudo falta”. E, no entanto, essa mulher admirável, he-

roína do ideal de amor livre, confessou com franqueza brutal em suas Memórias, *Living my Life*, a patética escravidão em que, deliberadamente, se deixou cair por força de uma paixão desabrida em relação a um amante do mais desprezível caráter. “Se jamais nossa correspondência for publicada”, escreveu ao empresário canalha com quem se ligara, “o mundo tomará conhecimento com o maior espanto que eu, Emma Goldman, a poderosa revolucionária, a aventureira ousada, aquela que desafiou as leis e as convenções, se tornaria tão desarvorada como a tripulação de um navio que naufraga em meio à tempestade... Emma Goldman, a Wollstonecraft do século XX, do mesmo modo como sua grande irmã é fraca e dependente e subserviente a um homem”... Em poucas palavras: os ideais genuínos do Feminismo anárquico se desintegram de encontro à “promiscuidade” de suas emoções e paixão sexual por um homem... Seria uma triste conclusão à utopia do amor livre, se Emma não houvesse igualmente antecipado as teses mais radicais do liberalismo, no caso do Libertarianismo, como se diz nos EUA, ou do “anarco-capitalismo”! Vejam esta citação extraordinária: “O indivíduo é a verdadeira realidade na vida. Em si-mesmo um cosmo, ele não existe para o Estado, nem tampouco para essa abstração chamada ‘sociedade’, ou para a ‘nação’ que é apenas uma coleção de indivíduos. O homem, o indivíduo, sempre foi e é, necessariamente, a fonte única e poder motivador da evolução e do progresso.”

Mas façamos referência a personalidades de maior relevo. A cientista franco-polonesa Marie Curie e as escritoras Virginia Woolf e Gertrude Stein dão um brilhante lustre feminino à cultura do século XX em seu início. Hannah Arendt é uma das mais influentes filósofas políticas da centúria, conquanto maior popularidade, prestígio e imensa influência granjeou Simone de Beauvoir. Nos Estados Unidos, salientaram-se grandes romancistas e ensaístas na vertente dita “conservadora” ou “libertária” do pensamento. Ayn Rand alcançou um imenso sucesso com suas idéias radicais numa obra que eu diria de inspiração “nietzscheana”. Bárbara Tuchman e Gertrude Himmelfarb talvez sejam as mais eminentes historiadoras da segunda metade do século. É com elas, naturalmente, com a britânica Doris Lessing e a americana Betty Friedan que

principia a antologia de Miriam Schneir. Publicado em 1949 (traduzido para o inglês em 1953, com uma edição portuguesa posterior), a obra de Beauvoir, *Le Deuxième Sexe*, é primordial. O livro é um marco feminista por insistir na idéia nuclear de “libertação” e de conscientização que, infelizmente, ela encaixa no movimento marxista mundial. Vivendo maritalmente, amiga e discípula de Sartre, Beauvoir foi influenciada pela sua versão peculiarmente caolha do “existencialismo” como filosofia, que combina com a postura *gauchiste* segundo o cacoete habitual do Quartier Latin. Isso afeta seu argumento. Seguindo o raciocínio circular dos marxistas da linha originada por Rousseau, ao tentar explicar “por que o mundo sempre pertenceu aos homens?”, ela põe a culpa na “sociedade”. “Não se nasce mulher”, diz ela. “Nos tornamos mulher” (*On devient une femme*). No encadeamento desse arrazoado bastante tolo, torna-se evidente que, segundo as feministas, apenas caberia mudar as “estruturas” para que gloriosamente se libertasse a mulher de sua condição biológica e emergisse da milenar sujeição. Uma certa dose de paranóia transparece no argumento. Beauvoir usa a versão da dialética sartreana e alega que, para os homens, “através da identificação do *phallos* com a transcendência, ocorre que seus sucessos sociais e espirituais lhe proporcionem um prestígio viril... ao passo que, das mulheres, é exigido que, a fim de realizar sua feminilidade, devam renunciar os reclamos de sujeito soberano”. As atrizes, dançarinas, cantoras e modelos seriam as únicas, nos últimos trezentos anos, a manter uma certa independência concreta no seio da sociedade. A esperança de que o trabalho fora de casa seja melhor veículo de libertação do que a família não nos convence; e a possibilidade de conciliação das duas obrigações está hoje comprovada. Argumentando insistentemente que “o mundo sempre pertenceu aos homens”, Beauvoir descreveu o amor conjugal como uma mistura de afeto, ressentimento, tédio, ódio, constrangimento, resignação, obediência, dependência e hipocrisia. Mas mesmo sem casamento, sentiu o tédio depois da morte do companheiro. “Tornando-se estúpida por se apaixonar”, no seu caso particular não chegou a correlacionar o casamento com a prostituição. A prostituição seria a sombra escura que acompanha a família desde os tempos antigos até a modernidade e,

neste ponto, a francesa tem certa razão: desmilingüe-se a família, mas a prostituição não abate... Uma contemporânea de Beauvoir, Louise de Vilmorin, grande romancista e amante de Malraux, acreditava ao contrário das outras feministas que, “para uma mulher, nada há de pior do que ser livre”...

Beauvoir teve seguidoras, na França e no exterior. Theodore Zeldin cita Mandarine Martinon, de Lyon, que conquistou seu primeiro amante com 12 anos de idade, participou dos *évènements* de 1968 e, em 1990, liderou a “primeira revolução das crianças”, cem mil bagunceiros do segundo grau, gênero “caras-pintadas” reclamando alguma bobagem qualquer do governo. Mas mesmo essa jacobina acabou chegando à conclusão que o “amor livre” não resolve. Procurou então a amizade. Uma outra feminista é Antoinette Fouque, que rejeita as idéias de Beauvoir e de sua sucessora, Elisabeth Badinter. Em seu livro fascinante *Intimate History of Humanity*, conta-nos Zeldin a história de várias dessas mulheres de talento, principalmente francesas, cuja reação ao furacão dos anos 60/70 merece nossa atenção... – para acabar concluindo, melancolicamente, que “houve mais progresso na cozinha do que no sexo”. O principal exemplo do remate é uma espanhola, Alicia Ivars, que iria encontrar a felicidade num restaurante, o Jardim das Delícias. Mas não sendo mais o sexo a solução milagrosa, as mais inteligentes procuram-na na amizade colorida. É também essa a conclusão filosófica de Alicia e de Zeldin. Enfim, embora seja difícil entender o arrazoado, a conclusão é que, havendo até agora sido suprimidas as possibilidades das mulheres, chegou o momento de lhes ser permitido potencializar as oportunidades. Annick Geille, uma jornalista que lançou a versão francesa da *Playboy*, é outra feminista que respirou “*l'air du temps*”, na França dita “pós-moderna”, decidindo que o futuro anuncia um hedonismo refinado no qual “a vida não tem graça sem os homens”...

No meio das desordens intelectuais que acompanharam o triunfo da esquerda *rive gauche* parisiense, com enorme impacto não só sobre intelectuais subdesenvolvidos de nosso continente austral mas mesmo sobre os meios universitários da sofisticada e poderosa América do Norte, merece menção especial Jacques Lacan. O psicanalista é acompanhado por outros extravagantes

como Deleuze, Baudrillard, a Kristeva e a Irigaray. Nosso José Guilherme Merquior escreveu páginas impagáveis de grande ironia sobre os efeitos dessa “lacanagem” do estruturalismo tardio e da chamada “pós-modernidade”. Como escreve o crítico J. Lechte (citado pelo professor José Carlos Azevedo em artigo no *Jornal do Brasil* de 1/8/2002), “Lacan joga com o conceito de que a mulher não tem pênis e é, portanto, parte da emergência do simbólico: o pênis torna-se um falo que se torna significante pela ausência.” A frase é tão oca, como observa Azevedo, quanto as idéias medíocres desses franceses “pós-modernos” que, deliberadamente, procuram escapar dos requisistos cartesianos tradicionais do pensamento inteligente, lógico, claro e preciso.

De todas as mulheres que, com crescente veemência, procuraram conquistar seus direitos e criaram o movimento feminista, a mais notável tenha talvez sido a americana Betty Friedan, nascida em 1921. Ela é a contrapartida de Mary Wollstonecraft no momento da Revolução Sexual de nossos dias. Betty Friedan realmente integrou o movimento de reivindicação feminista ao processo global. Um número considerável de livros estão sendo publicados, nestes últimos anos, tentando cobrir o assunto de vários ângulos – desde quando Friedan despertou a consciência das mulheres com sua obra *The Feminine Mystique*. Pensando naturalmente em Freud, Friedan pergunta se a anatomia é ou não destino – a questão crucial! É a pergunta sobre se é a cultura que determina a situação e comportamento das mulheres, ou se esse comportamento lhe é, desde a infância, imposto pela herança genética. A outra mulher que se deve colocar em evidência é a grande romancista britânica Doris Lessing. Escritora de enorme sucesso, em sua obra *The Golden Notebook* (1962) descreve, através de personagens femininas imaginárias, a enorme transição na sorte das mulheres, desde as heroínas do século XIX como a *Indiana* de George Sand, a *Anna Karenina* de Tolstoi, ou a *Jane Eyre* de Charlotte Brontë, acorrentadas ainda às convenções machistas de sua época, até as “mulheres emancipadas” como a atriz Molly e a escritora Anna Wulf, com suas conquistas, suas lutas sociais e psicológicas, suas angústias e frustrações. Num determinado momento, por exemplo, indaga Anna com cer-

to trejeito: “Mulheres livres? Mas ainda elas nos definem em termos de relacionamentos com homens, mesmo entre os melhores”...

Após a partida dada por essas ativistas na literatura feminina sobre a *women's lib*, a “libertação das mulheres” se tornou meia caótica. Temos feministas, anti-feministas, lésbicas, heterossexuais ortodoxas, promíscuas, monogâmicas, pudicas, casadas, divorciadas, mães solteiras, mães de família, brancas, pretas, hispânicas, revolucionárias, liberais, pró-aborto (*pro-choice*), anti-aborto, marxistas, conservadoras, republicanas, algumas zangadas, outras doces e amorosas, umas moderadas e amigas do outro sexo, outras radicais, críticas e céticas, histéricas, choramingas e queixosas, outras paranóicas, outras ainda acentuando o poder das mulheres e proclamando sua independência sem complexos. Os debates giram sempre em torno da questão, não só da igualdade com os homens, genética ou legal – o que depende – mas da responsabilidade pela reprodução, a família e as crianças, e a responsabilidade por si-mesmas no trabalho. Numa perspectiva puramente ética, temos finalmente escolha entre *Bad Girls, Good Girls, Women, Sex and Power in the Nineties*. O título é de uma coletânea editada por Nan Bauer Maglin e Donna Perry; ou o livro de Elizabeth Fox-Genovese *Feminism is not the Story of my Life*; ou *The Cultural Contradictions of Motherhood* de Sharon Hays. Recomendo, particularmente, a obra que celebrou Camille Paglia.

Enfim, não é certo, de modo algum, que a dominação masculina seja característica de toda organização familiar em qualquer sociedade, como alegam as feministas radicais. Há sociedades, raras sem dúvida, em que a herança se transmite pela linhagem feminina e alguns antropólogos falaram numa idade matriarcal de domínio da mulher. Não tomemos muito ao pé da letra, portanto, os protestos e denúncias das feministas mais raivosas. Sempre podemos fazer referências a mulheres de beleza e prestígio que seduziram homens famosos, que governaram com mão de ferro, que dominaram cortes e academias aristocráticas, que fundaram *salons* onde foi elaborada a filosofia do Iluminismo moderno, e formaram centros em torno dos quais giravam os machos como zangões numa colméia. Madame de Sévigné, Madame de La Fayette,

Madame de Rambouillet, Mademoiselle de Scudéry, Madame du Deffand, Madame Récamier e, na Alemanha, Rahel Varnhagen – quantas outras se ilustraram, ao ilustrar a época! Não foi só a libertinagem do *amour gaulois* que celebrou a mulher francesa, foi sua contribuição para a cultura e sua ação inspiradora de homens poderosos, muitas vezes a elas inferiores em inteligência e bom senso. Tudo indica que, no futuro, possamos esperar um crescimento ainda mais notável da presença feminina na sociedade – e que essa será a mais positiva e notável contribuição da Revolução sexual ao progresso da história.

A obtenção dos “direitos políticos” pelas *sufragetes* é apenas um aspecto primário – quase diria subalterno – da Revolução feminista. Iniciada pelo pensador liberal John Stuart Mill em 1823, a luta pelo voto das mulheres prolongou-se, na Inglaterra, até princípio do século XX, quando Emmeline Pankhurst funda a União Social e Política das Mulheres. Mill dera início à sua campanha contra as injustiças por elas sofridas quando tinha apenas 17 anos, mas só em 1869 publicou seu livro influente, *The Subjection of Women*, dando ao primeiro capítulo o título: “O Domínio das Mulheres pelos Homens é Baseado na Força Bruta e Falta de Reflexão”. Argumentou que a liberdade e a segurança contra a violência dos homens são essenciais à felicidade da mulher. Uma outra feminista que entrou na briga foi Flora Tristan Moscoso (†1844). Personalidade curiosa e aventureira, nascida no Peru e filha ilegítima de um nobre francês emigrado, Flora Tristan foi casada com um artista que a maltratou durante anos e tentou mesmo matá-la, sem que ela conseguisse se livrar do perseguidor. Como escritora, seria a iniciadora do feminismo em França. Estou informado que Mário Vargas Llosa estaria escrevendo uma história romanceada dessa criatura excepcional.

Eminente ainda entre as primeiras feministas é a americana Victoria Claflin Woodhull, que morreu na Inglaterra aos 90 anos em 1927. Ela e sua irmã Tennessee foram radicais endiabradas com um largo espectro de interesses, inclusive o espiritismo, que as levou a associar-se com o magnata das finanças Cornelius Vanderbilt. Interessadas em socialismo e marxismo (publicaram em 1872 a primeira tradução inglesa do Manifesto Comunista de Marx e Engels),

passaram a vida criando casos para as autoridades e lançando idéias novas. Victoria foi a primeira mulher americana que se candidatou à Presidência dos Estados Unidos. Uma discípula de Pankhurst com tendências anarquistas e arruaceiras, Emily Davison, é a única vítima fatal das campanhas feministas. Em junho de 1913, ela provocou um distúrbio na corrida do Derby, sendo derrubada pela multidão e morrendo quatro dias depois de fratura do crânio. É a primeira mártir oficial do feminismo. A própria Emmeline Pankhurst foi presa várias vezes, uma delas numa manifestação diante do Palácio de Buckingham em 1914, depois da qual fez greve de fome. Antes, porém, de conceder ao “sexo frágil” o direito de voto, os homens iam dedicar-se à Guerra de Trincheiras em que dez milhões se bombardeariam, fuzilariam, envenenariam e estraçalhariam mutuamente, com baionetas, espadas, lanças, pás e coronhadas, da maneira mais feroz e em evidente manifestação da loucura mais imbecil. Dizem os cientistas que essa agressividade deve ser atribuída à presença do hormônio testosterona, presente nos testículos. Creio que fatores genéticos, culturais e psicológicos também se relacionam com o prazer da luta e da violência, tanto assim que mulheres e mesmo eunucos podem ser agressivos, revelando pendor homicida.

O direito de voto na Grã-Bretanha data de 1928, mas dez anos antes já podiam candidatar-se ao Parlamento. Foi em 1918, terminada a Grande Guerra, que o Governo de Lloyd George lhes concedeu o direito. Elas haviam obtido o apoio, desde o princípio, do jovem estadista Winston Churchill que discordara, no entanto, dos métodos utilizados na propaganda. O feminismo oficial britânico aderiu ao Partido Conservador. As primeiras nações onde as mulheres conseguiram o que desejavam no terreno político foram a Nova Zelândia e Austrália, em 1893 e 1902 respectivamente. Nos Estados Unidos, o movimento a favor do sufrágio feminino principia em 1848, como mencionamos acima, numa conferência que se reuniu em Seneca Falls, estado de Nova York, graças aos esforços de Lucretia Mott e Elisabeth Cady Stanton. O feminismo só canta vitória, no entanto, em 1920. A mesma lentidão se registra em outros países. O Brasil é uma das primeiras nações latinas a lhes conceder o voto, logo

depois da Revolução dita Liberal de 1930. Não valia muito. Getúlio Vargas só daria alguma importância às urnas vinte anos depois, quando descobriu que podiam ser populisticamente manipuladas em proveito próprio... A esse propósito, é interessante salientar que, muitas vezes por conservadorismo e passividade, foram as próprias mulheres que se negaram a reivindicar o sufrágio, como é o caso da Suíça onde, só recentemente, ocorreu a equiparação dos direitos políticos em toda a Confederação.

Os direitos econômicos são concomitantes. Foram ainda mais lentamente conquistados. Antigamente, as mulheres nem mesmo podiam manter uma conta bancária em seu nome. Hoje, dizem que mais de 50% da fortuna americana estaria nas mãos de mulheres. Os maridos trabalham como burros, morrem de enfarte e deixam a herança para as viúvas, herança que algumas, mais “alegres”, irão gozar com seus gigolôs na Europa e alhures. Outras herdam de pais milionários e desperdiçam a fortuna com *playboys*. A “*poor rich girl*”, a pobre menina rica Barbara Hutton, filha de uma opulenta família de Nova York, e um de seus maridos, Porfírio Rubirosa, assim como outra filha de milionário, produtor de tabaco nas Carolinas, Doris Duke, foram casos típicos.

Interrompendo o movimento do liberalismo clássico, e não obstante algumas ruidosas manifestações feministas no auge da Revolução bolchevista sob a ditadura de Lenin – o propósito dos movimentos totalitários da centúria, particularmente o socialismo e o “nacional-socialismo” que pretendiam inaugurar apocalipticamente o Fim da História, era tudo estatizar, inclusive o sexo, destruir a família e perseguir os dissidentes até a morte. O escritor e revolucionário francês Sébastien Chamfort (†1794), atacando o radicalismo dos totalitários de todas as idades, resumiu o postulado dos jacobinos de esquerda com o mandamento antológico: “Sê meu irmão ou te mato”... Uma única mulher de gabarito intelectual se destaca na esquerda marxista da primeira metade do século, Rosa Luxemburgo. Judia polonesa de cultura alemã, ela se envolveu nos distúrbios conseqüentes à derrota dos Impérios Centrais em 1918 e morreu assassinada. Mas o totalitarismo – tanto o de “direita” quanto o de “esquerda” – terminou em fiasco depois de inaudito genocídio. O feminismo, ao

contrário, sem provocar qualquer grave subversão ou brutalidade, anuncia-se como havendo causado uma metamorfose bem mais profunda do que tudo que foi realizado em nome daquelas doutrinas nauseabundas. E a contribuição é precipuamente anglo-americana.

O feminismo não deve ser identificado, contudo, com o declínio da estrutura familiar. Acredito que ele agora apenas maior responsabilidade atribui à mulher do que ao homem. A família dita “patriarcal” – em que, caracteristicamente, o “nome de família” é quase que invariavelmente o patronímico – se converteria num núcleo de igual responsabilidade da mãe e do pai. No Brasil, por exemplo, certas personalidades são mais conhecidas pelo nome de família da mãe do que pelo do pai, freqüentemente por motivo de originalidade ou etimologia nórdica. Kubitschek era o nome de família da mãe do Presidente Juscelino de Oliveira; Niemeyer é o nome de família da mãe do arquiteto Oscar Soares. Na tradição espanhola, o nome da mãe é acrescentado ao nome do pai. Por exemplo, o famoso escritor Mário Vargas Llosa: o nome do pai era Vargas e da mãe Llosa. Isso causa confusão a nossos jornalistas que, invariavelmente, identificam os hispânicos pelo último nome, ao invés de fazê-lo pelo penúltimo. Na Suíça, o marido às vezes acrescenta o nome da esposa ao seu próprio, por exemplo Herr Schmidt-Müller, quando Müller é o nome de família da cônjuge. Na Islândia, a mulher não adota o nome do marido, conservando seu próprio, de solteira, ainda que comumente seja este o nome do pai. Por exemplo, o filho de Gustavo será conhecido como Gustavson e a filha do mesmo cidadão como Gustavdottir – patronímico que ela nunca abandonará. Essa peculiaridade costumava criar problemas para os casais islandeses quando viajam ao exterior... Ela está associada à velha tradição democrática da ilha que foi uma das primeiras nações européias a reunir um parlamento (já no século XI), no qual as esposas participavam das discussões com os maridos.

Devemos considerar o feminismo como um fenômeno paralelo e estreitamente integrado ao movimento político plurissecular que, a partir de seu núcleo original na Suíça, Países Baixos e Inglaterra, floresceu na grande Revolução Liberal do final do século. Escrevendo sobre a sociedade inglesa em livro

de 1966, sob o título *Transforming Men*, alega Geoff Dench, no entanto, que em seus aspectos atuais está o feminismo condenado a declinar. Dench combate o preconceito, vulgarizado pelo comunista italiano Antonio Gramsci e estimulado por Simone de Beauvoir e outras feministas da esquerda festiva, de que os homens sempre tenham gozado de uma hegemonia opressora e universal, dominando as mulheres em todas as esferas, inclusive econômica. A idéia é falsa. Que os padrões de relacionamento entre os dois sexos tenham mudado, é coisa que o sociólogo londrino não nega em absoluto, ao acentuar que, nas últimas décadas, as mulheres conquistaram milhões de novos empregos, enquanto os homens os perderam, assim inflando os índices de desemprego. Que a entrada das mulheres no mercado de trabalho seja uma das causas do número elevado de desempregados em muitos países da Europa e América Latina – juntamente com os avanços tecnológicos, automação das fábricas, informática e intensa imigração concorrente, de procedência do Terceiro Mundo – é coisa que só os observadores preconceituosos, obcecados com seus princípios marxistas, procuram esconder. Na Europa, especialmente na França e Alemanha, o número de desempregados corresponde quase exatamente ao de imigrantes, inclusive clandestinos, árabes, africanos, turcos e iugoslavos.

Em sua obra *O Cidadão*, alega nosso amigo filósofo Mário Vieira de Mello que os americanos são um povo de poucos interesses intelectuais e determinados apenas pelo que ele chama as “estruturas de poder”, não havendo sofrido senão superficial influência da cultura européia. Allan Bloom, crítico prestigioso cuja obra *The Closing of the American Mind* causou considerável impacto, no entanto, tem uma opinião diferente – uma opinião com a qual me alinho. Para ele, a América nada mais é do que um grande palco onde as teorias dos filósofos europeus foram representadas, inclusive como tragédias e como comédias. A história americana é a marcha majestosa e triunfante dos princípios ocidentais de liberdade e igualdade, que deram sentido a tudo que seus compatriotas fizeram ou estão fazendo. Nesse drama, Bloom opina que eles, os americanos, chegaram ao último ato ao informar e reformar o que há de mais íntimo na vida privada, o sexo. Com o feminismo, a biologia deixou de ser o destino,

como imaginava Freud. O movimento nos Estados Unidos acabou agindo como um depressor no humor de bacanal da Revolução Sexual. Reprimiu-lhe o aspecto dionisíaco e carnavalesco – e, na verdade, não vejo muito bem feministas radicais desfilando em sambódromos... Os princípios de igualdade e liberdade atingem o sexo e suas conseqüências – o amor, o casamento, a família e isso se tornou o tema de seu projeto nacional. Vale lembrar então uma comédia de Aristófanes, *A Assembléia das Mulheres*, em que a sociedade impõe, por lei, tenham as velhas feias e decrépitas o mesmo direito à satisfação sexual com os mais belos, jovens e vigorosos varões da *polis*, como as mais lindas raparigas em tenra idade. Nossas socialistas feministas nunca pensaram nisso. Não chegou o igualitarismo moderno a tais extremos, graças a Deus! Vinicius de Moraes teria tido uma crise de apoplexia – ele que exigia de toda mulher que fosse bela! Mas Bloom também fala na libertação do corpo aconselhada por Platão, e sua sugestão de que moças e rapazes façam exercícios juntos, nos mesmos trajés em que vieram ao mundo. O princípio da Liberdade desencadeou a Revolução sexual e o feminismo marchou sob a bandeira do princípio da Igualdade. Conquanto os dois princípios tenham ido de braços dados durante algum tempo, conclui Bloom, “suas diferenças eventualmente colocaram-nos em conflito um com outro, assim como Tocqueville preveniu que sempre aconteceria entre a liberdade e a igualdade”.

Após o intervalo dramático dos anos 30/40, anos totalitários, brutais, ideológicos, belicosos, genocidas, veio o pós-Guerra com a Carta das Nações Unidas que afirma “direitos iguais de homens e mulheres”. O feminismo recomeçou a prosperar e alcançou seus maiores triunfos – e virtual embriaguez... – nos anos loucos de 1968 a 1975. Daí por diante, uma série de Conferências Internacionais de Mulheres (a última das quais em Beidjing, a que compareceu a senhora Ruth Cardoso, esposa do Presidente da República) e uma profusão de publicações e decisões legislativas e judiciais alcançaram os principais objetivos do movimento. O importante é agora a consolidação do terreno conquistado. As mudanças nos costumes realizados são de tal profundidade e extensão que não se poderia esperar resultados mais ponderáveis em relativamente tão pouco tempo.

Detenho-me no argumento. O que ocorreu no feminismo, tal como manifestado pela catadupa de obras sobre o tema e a mudança de costumes, é a meu ver que homens e mulheres se deram conta que, em seu relacionamento mútuo, não funciona apenas a concupiscência, o amor, a libido sexual, ou seja, o discurso de Freud. Funciona igualmente a *Libido dominandi*, o discurso de Nietzsche, a *Wille zur Macht*. O poder, em suma, também afeta as mulheres – e pelo poder também são elas agitadas. E o homem, que quer poder e mais poder, e para o qual é a mulher um instrumento de poder e, muitas vezes, um degrau na carreira, do mesmo modo se entrega passiva e suavemente nos braços da mulher amada, ao poderoso amplexo sedutor do Eterno-Feminino (*Ewig-Weibliche*). A idéia da “Guerra dos Sexos” é simples asneira. A mulher pode estar mais determinada, anatomicamente condicionada em seu destino pela primeira daquelas instâncias, *Yin*, enquanto o homem pela segunda, *Yang* – mas não esqueçamos que Yin e Yang não são simplesmente opostos, são complementares. Há uma tensão natural entre os sexos, é uma tensão criadora, o que não quer dizer que jamais haja conflito. Para alcançar seus fins reprodutivos, deve a mulher exercer seu julgamento cerebral na procura correta do macho que lhe garantirá sucesso e estabilidade – no qual exercício existencial predomina a procura de um marido e da estabilidade matrimonial. A natureza é que influi nesse destino, mas só nesse sentido.

Referência cabe aqui à amizade e correspondência entre Jung e James Joyce. Numa carta a Joyce que então morava em Zurique, datada de 27/9/1932, Jung comenta sobre suas impressões do *Ulysses* declarando o livro difícil, contraditório e... admirável. “As 40 páginas finais, sem interrupção, constituem um cordel de verdadeiros pêssegos (no sentido positivo de ‘belos frutos’) psicológicos”, dizia Jung. “Suponho que a avó do demônio tanto sabe sobre a verdadeira psicologia de uma mulher, eu não...”. Joyce teria ficado encantado com o comentário elogioso, mostrando a todos a carta de Jung como prova de sua própria perspicácia psicológica, aquela mesma que nem Jung, nem Freud teriam jamais demonstrado no terreno da análise da psique feminina. A mulher de Joyce, Nora, ouvindo falar no assunto, contestou que “ele (Joyce) não entende coisa alguma sobre as mulheres”. A verdade é que o entendimento

mútuo da psicologia do homem e da mulher é um dos terrenos mais ásperos em que nos poderíamos aventurar. A mente masculina é essencialmente lógica e analítica, a feminina intuitiva e afetiva (*l'intelligence du coeur* como dizem os franceses). No entanto, sexo, paixão, dinheiro, poder, com o imperativo ético dominando o espetáculo, chegamos à conclusão final que os problemas das mulheres não são tão diferentes dos masculinos. Há diferenças entre nossos comportamentos, sem dúvida. Tanto melhor, somos complementares. Têm razão os franceses: *Vive la différence!* No romance que o tornou célebre, *Madame Bovary*, um marco formidável na história da literatura moderna, Gustave Flaubert resume toda a problemática numa única frase, central: “*Alors, les appétits de la chair, les convoitises d'argent et les mélancolies de la passion, tout se confondit dans une même souffrance*”... Carne, cobiça, paixão – tudo se confunde no mesmo sofrimento.

Numa obra sob o título *The New Sexual Revolution* (1994), o escritor especializado em temas científicos, Robert Pool, faz uma cobertura completa do que de mais recente tem sido cientificamente pesquisado sobre as semelhanças, os contrastes, as desigualdades ou diferenças porventura existentes entre os dois sexos, inclusive com base em amplas experiências e estudos sobre animais. Pool reserva um papel importante não apenas para as circunstâncias puramente genéticas (o fato que na espécie humana, além dos 22 pares de cromossomos iguais em ambos os sexos, o masculino contém um par extra denominado X e Y, e as células femininas um par extra de cromossomos XX), mas para os hormônios que determinam o crescimento do feto dentro mesmo do ventre materno. Nota o autor que a maior parte dos cientistas que hoje efetuam pesquisas fundamentais sobre as diferenças sexuais na espécie humana são mulheres. Esse fato contribuiria para esclarecer a posição do feminismo na matéria e selecionar os trabalhos não afetados por preconceitos ideológicos. A ironia é que o domínio feminino nessa área de pesquisa teve como consequência afastar os homens de um terreno controverso em que poderiam ser vulneráveis aos ataques rancorosos pelo pessoal “politicamente correto”. É uma sorte, por exemplo, afirma Pool, que tenha sido o trabalho de uma mulher, Camilla Benbow, que provou estatisticamente a superioridade dos meninos sobre as meninas na

aprendizagem da matemática. A superioridade, entretanto, é só estatística, ele corrige. Há um número considerável de meninas com capacidade cognitiva em matemática superior a de coleguinhas do sexo oposto. As mulheres, por outro lado, demonstrariam obviamente sua superioridade em termos de capacitação lingüística e fluência verbal. Em suma, a “inteligência comportamental” dos homens, superior à das mulheres em pensamento lógico-matemático, seria inferiorizada pela das mulheres com sua intuição e *intelligence du coeur*, em tudo que diz respeito ao julgamento imediato de valor e mais rápida avaliação da personalidade das pessoas observadas. Mais fraco em pura capacidade muscular, superior seria o corpo feminino em controle e coordenação refinada de seus movimentos minuciosos. Melhores são as dançarinas do que os dançarinos.

Pool também transmite uma cópia preciosa de informações sobre os problemas sérios levantados pelo fenômeno, muito real e relativamente freqüente, de androginia ou hermafroditismo, tal como se manifesta, por exemplo, em competições desportivas, às vezes com conseqüências dramáticas como foi o caso de uma espanhola, campeã olímpica do salto em barreiras que, para sua surpresa, foi revelada como possuindo cromossomos masculinos, embora absolutamente convicta que era uma mulher. Conclui o autor que a compreensão crescente das diferenças e variações entre os sexos chega em momento oportuno, pois a metamorfose dos papéis da mulher na sociedade é exatamente um problema central de nosso tempo: todos nós estamos vivendo essas transformações. Não estaríamos, assim, nem voltando ao patriarcalismo, nem concretizando uma mentalidade unissex. Entenda-se exatamente que as diferenças não implicam desigualdades num sentido hierárquico do termo. É, isto sim, direito à equivalência da avaliação: “Uma sociedade verdadeiramente igualitária, conclui Pool, não será aquela em que as mulheres se revelarem exatamente semelhantes aos homens, mas antes aquela em que as mulheres estiverem livres para apresentar sua própria contribuição, a fim de alcançar seu próprio potencial.”

No mesmo ano de 1994, auxiliada pelo filho Elijah Wald, Ruth Hubbard publicou um livro sob o título *Exploding the Gene Myth*, com o intuito de provar

que a Informação Genética tem sido produzida e manipuladas por cientistas, médicos, empresários, companhias de seguro, educadores e legisladores para fins ideológicos ou propósitos de interesse imediato. Em outras palavras, o que mãe e filho tentam determinar é que pouco se sabe, efetivamente, sobre o papel relativo da hereditariedade. As influências genéticas no temperamento, no caráter, na inteligência das pessoas são assim “*exploded*”, o que quer dizer, intelectualmente criticadas pelos autores. Hubbard – a única catedrática entre 43 professores homens na Faculdade de Biologia da Universidade de Harvard – salienta que a igualdade das mulheres está demorando mais a ser reconhecida do que a não-discriminação de etnias que, anteriormente, sofriam como minorias inferiorizadas – judeus, negros e “latinos” – mesmo do ponto de vista puramente legal. A professora americana tem combatido incansavelmente as teorias biológicas que postulam a inferioridade constitucional das mulheres.

O ponto essencial do feminismo, acentuo como conclusão a este pequeno prefácio ao aspecto mais saliente da Revolução Sexual do século XX, é a garantia da igualdade de direitos e segurança da mulher libertada – igualdade de oportunidades na escolha de carreiras e competição promocional; segurança contra abandono, assédio, assalto e estupro; autonomia no comportamento sexual e igualdade nas oportunidades e salários no trabalho. O preço do feminismo é, em suma, o respeito à ética da responsabilidade no casamento, na maternidade e no trabalho.

Um aspecto da latinidade na virada do milênio

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Em sessão especial do PEN Clube do Brasil, sob a presidência de Marcos Almir Madeira, o professor Candido Mendes de Almeida proferiu importante conferência sobre a latinidade na virada do milênio, referindo-se, num conjunto de múltiplos problemas, à latinidade submersa em Goa e a latinidade recuperada em Timor Leste, bem assim à repartida latinidade em Macau, assunto (este último) de que nos ocuparemos neste breve artigo.

Lembrou o ilustre conferencista a passagem de Macau à China no dia 19 de dezembro de 1989, com o abaixar das bandeiras de Portugal e da sua colônia desde 1557, ao mesmo tempo em que subia o pavilhão da China, com suas cinco estrelas douradas em fundo escarlata. Mas em Macau ficou, nas palavras de Candido Mendes, “o foco único da latinidade na China da virada do milênio”. Os seus habitantes, com direito a dupla cidadania durante cinquenta anos, têm total liberdade de culto e a garantia de preservação dos direitos humanos. Portugal deixou, ainda nas palavras do orador, “nesta últi-

Professor emérito da UERJ, titular da UFRJ e Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

ma década, na sua antiga colônia, uma estrutura urbana cheia de edifícios monumentais, prédios inteligentes, na capital como em Taipa, aeroporto, pontes e viadutos, a liberar a comunicação com o exterior”.

Especificamente, o nosso interesse se volta aqui para a questão da língua portuguesa em Macau, assunto bem focalizado em tese de concurso (que tivemos a honra de examinar) apresentada ao Instituto Rio Branco de Altos Estudos do Itamaraty, em 1999, pelo conselheiro Roberto Pires Coutinho. Aí se discute a legitimidade da lusofonia em Timor-Leste, Macau e Angola, não havendo aqui espaço para tratar do assunto nos três casos, mas apenas num deles. E escolhemos Macau, que se reintegrou à China após 442 anos de administração portuguesa.

Será que, em Macau, a continuidade da língua portuguesa estaria garantida ou estaria ameaçada?

Oficialmente, nos termos da Declaração Conjunta dos Governos de Portugal e da China, “além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do governo, no órgão legislativo e nos tribunais da Região Administrativa Especial de Macau”. Ocorre, entretanto, que aí, em Macau, lugar da famosa gruta de Camões, são lusófonos menos de três por cento da população, com efeitos práticos realmente preocupantes. Na verdade, a supremacia do inglês, “o Novo Latim”, que se afirma como língua franca de um mundo cada vez mais globalizado, com a evidência da hegemonia econômica, tecnológica e científica dos Estados Unidos da América, chega a assustar, pois muito mais de um trilhão de pessoas falam inglês no mundo inteiro. Não admira, assim, que, ao lado da língua chinesa, o inglês desbanque a língua portuguesa (ou o que dela resta) em Macau.

Sobre o assunto, vejamos o que pensa João Paulo Mendes, no tomo V da excelente antologia intitulada *De longe à China*, organizada por Carlos Pint Santos e Orlando Neves e que foi publicada pelo Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), em 2000, p. 353: “Em Macau fala-se pouco português, sempre se falou pouco, mas o suficiente para preservar certa singularidade.” Depois de 1999, as coisas naturalmente se

agravaram, com a retirada de uma parte significativa dos poucos portugueses lá existentes. Durante as primeiras décadas após a criação da RAEM, será admissível prever que haja sempre quem fale português, sobretudo entre as famílias lusas que vão permanecer lá, como forma de resistência e afirmação. Por isso, João Paulo Meneses pensa que “o desaparecimento será gradual até à extinção quase total dentro de três ou quatro gerações. Macau será como Goa ou Malaca – pequenos redutos de atração turística e sentimental, onde algumas centenas de pessoas vão resistir à língua dominante e recordar algumas palavras usadas pelos antepassados, geralmente num *patuá*” (op. cit., p. 354). Na verdade, os portugueses nunca revelaram qualquer interesse de aprender o chinês, nem os chineses de aprender o português ao longo de quatro séculos. Por certo, faltou a obrigatoriedade escolar do ensino simultâneo das duas línguas, exigindo-se o bilingüismo, com interesse recíproco para portugueses e chineses. Daí se conclui que, hoje, os portugueses (ou qualquer lusofalante), ao desembarcarem na China, seja em que ponto for de seu território, encontrarão uma cultura e uma língua próprias, cultura e língua devidamente desenvolvidas e estruturadas. Mas, seja como for, a palavra *Macau*, de admissível procedência chinesa (*A-mã-ngo*, baía da Mãe de Deus, padroeira dos navegadores), ficará para a posteridade, mesmo que a língua portuguesa desapareça de todo...

A propósito, inclusive nas nações africanas integradas na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o português nem sempre é a língua mais falada pela população. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe (pouco mais de 130 mil habitantes) e em Cabo Verde (pouco mais de 450.000 habitantes), o que se tem como dominante língua materna não é propriamente o português, mas um dialeto crioulo, resultante da africanização progressiva de formas lingüísticas portuguesas. Em Guiné-Bissau, com mais de um milhão de habitantes, também domina um dialeto crioulo, sendo a língua portuguesa falada por dez ou onze por cento da população. Em Moçambique, com mais de dezoito milhões de habitantes (população muito superior à de Portugal), a língua de Camões só é falada por cerca de trinta por cento da população. Mas há, acrescente-se, indícios de expansão do português naquela nação, para alegria

do mundo lusófono. Como já observou a jornalista Bárbara Wong, in “O dilema da lusofonia” (Lisboa, *O Público*, edição de 24/10/1998), a situação da língua portuguesa nas nações da PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) é muito problemática e preocupante. E acrescenta a ilustre jornalista: “Se para os angolanos o português é a única língua que sabem falar, para os são-tomenses e os cabo-verdeanos é apenas a língua oficial. Mais ou menos o mesmo ocorre com os moçambicanos (fascinados pelo inglês) e pelos guineenses (fascinados pelo francês). Como tudo indica, em tais casos o português manter-se-á como língua de criação e de unidade. Mas isso, será bom advertir, ao lado do inglês, como língua internacional de contactos e de comércio.”

Para todos nós do mundo lusófono, é evidente que a nossa luta deve ser desenvolvida no sentido de preservar a língua portuguesa como língua de civilização escrita (ou de cultura), comportando superior unidade em sua natural variedade de expressão lingüística. Mas, em Macau, com apenas três por cento da população de lusófonos, o que impressiona é ver que a língua, ainda que ameaçada, luta por sua sobrevivência. Do mesmo modo, é reconfortante ver que, em Angola, com uma população mais ou menos igual à de Portugal, o português, com larga vantagem, compete com línguas africanas (quibundo, ovibundo, bacongo), de tal forma que a maioria da população não tem a menor dúvida em declarar que a língua portuguesa seja a sua língua materna, como é a inquestionável língua materna do Brasil, com mais de cento e setenta milhões de falantes.

Sendo extremamente rica a conferência do professor Candido Mendes de Almeida, para comentá-la em seu conjunto e em sua complexidade, teríamos que escrever numerosos artigos, a partir mesmo das idéias de Edgard Morin. Por isso, vamos ficar por aqui, embora seduzidos pelo tema “Goa e a latinidade submersa”, de que trataremos em outra oportunidade. E também de Timor-Leste (a Lusitânia recuperada), matéria já considerada por nós no pequeno ensaio *Sobre o espaço da Nova Lusitânia* (Rio de Janeiro, Ágora da Ilha, 2001). O que parece certo é que o glorioso roteiro seguido pelos portugueses (Macau, Malaca, Ceilão, Goa, Bombaim e Damão), com o passar do tempo deste novo milênio, será apenas o saudoso Reino da latinidade submersa...

Amor a Portugal

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Uma obra clássica sobre as primeiras décadas da colonização portuguesa no Brasil, mas paradoxalmente muito pouco divulgada e conhecida entre nós, é *Capitães do Brasil*, de Elaine Sanceau.

As duas edições que teve em Portugal (em 1956 e 1976) de há muito se esgotaram, sendo somente encontráveis alguns raros exemplares em sebos. Agora, uma nova edição de *Capitães do Brasil* acaba de ser lançada em São Paulo, pela Editora Artpress, revista e adaptada ao português do Brasil.

Mesmo entre os admiradores da autora – e os há em considerável número em nosso país – pouquíssimos sabem que foi no Brasil que ela aprendeu o português e se iniciou na História lusa, matéria em que se tornaria grande autoridade.

Historiador,
autor de
*A legitimidade
monárquica no
Brasil* (1988) e
*Parlamentarismo,
sim! Mas à
brasileira: com
monarca e com
poder moderador
eficaz e paternal*
(1992).



Em 1915, Elaine Sanceau era uma jovem inglesa que veio com seus pais para o Rio de Janeiro. Tinha 19 anos de idade, e já havia concluído seus estudos da Suíça, na École Supérieure de Montreux. Nasceu em 25 de julho de 1896 em Croydon, ao sul de Londres. Seu pai, de nome Louis Edgar Sanceau, era inglês de remota origem huguenote, e sua mãe era francesa.

No Rio de Janeiro, desejosa de aprender bem nossa língua, passou a freqüentar a biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, e se pôs a ler sistematicamente obras sobre a História de Portugal. Fascinada pelo mundo maravilhoso que tais leituras lhe abriam, conseguiu licença especial para tomar emprestados os livros que desejava ler, e passava as noites mergulhada na sua leitura. Nem sequer nas viagens de bonde conseguia desligar-se daquele tema que tanto a atraía.

Depois de três anos passados no Rio, retornou à Inglaterra com a família, mas sua mãe não se readaptou ao clima inglês, e já em 1921 retornavam todos ao Brasil. Mais nove anos passaram em nossa terra, até 1930, quando se mudaram definitivamente para Portugal. Elaine Sanceau lecionou algum tempo na Escola Inglesa do Porto, e depois se instalou na Quinta das Camélias, em Leça do Bailio. Lá permaneceu até falecer, no dia 25 de dezembro de 1978, aos 82 anos de idade.

Nunca se casou, permanecendo sempre *Miss Elaine Sanceau*, e consagrando-se integralmente aos estudos históricos. Aprofundou-se na história de Portugal no período 1385-1580 – ou seja, durante o reinado da dinastia de Aviz. Iniciou a vida de escritora em 1939, com a publicação, em Londres, do livro *Afonso de Albuquerque – O sonho da Índia*. Seguiram-se depois cerca de duas dezenas de livros, sempre escritos em inglês e traduzidos para o português, sob a direta supervisão da autora, por tradutores de confiança: *Em demanda do Preste João* (1939), *O Infante D. Henrique o Navegador* (1942), *D. João de Castro* (1946), *Vasco da Gama – O caminho da Índia* (1948), *D. João II* (1952), *Capitães do Brasil* (1956), *Casos e curiosidades* (1957), *A viagem de Vasco da Gama* (1958), *O rei de boa memória* (1958), *Descobrimientos henriquinos* (1959), *Castelos em África* (1961), *Os portugueses na Etiópia* (1961), *Os portugueses na Índia* (1961), *Os portugueses no Brasil* (1963), *Portugueses em Marrocos* (1964), *Recortes da pequena História* (1964), *Portugueses no Extremo Oriente* (1966), *O Reinado do Venturoso* (1970), *As mulheres portuguesas no Ultramar* (1979, obra póstuma).

Algumas dessas obras foram editadas também em inglês — ou na Inglaterra, ou nos Estados Unidos, ou em Portugal.

Produziu ainda muitas dezenas de estudos históricos de menor fôlego; colaborou com 45 verbetes de sua autoria no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; atuou durante muitos anos na imprensa, escrevendo sobre temas históricos para o *Comércio do Porto*; traduziu para o inglês livros de autores portugueses; compilou e anotou as *Cartas de D. João de Castro*, editadas em Lisboa, em 1954, etc., etc.

A extensão e a alta qualidade de sua obra lhe garantem figurar, ao lado de Edgar Prestage e Charles Ralph Boxer (recentemente falecido) na mesma tráfada de grandes autores ingleses especializados no período dos Descobrimentos portugueses.

Elaine Sanceau não foi apenas uma pesquisadora séria e de grande honestidade intelectual; foi também uma literata que sabia escrever de modo envolvente e apaixonante, em estilo do melhor jornalismo, sempre com uma discreta nota de *humour* britânico. Seus numerosos livros sempre tiveram legiões de admiradores, com edições que rapidamente se esgotavam.

Em *Capitães do Brasil*, livro escrito originalmente no idioma inglês, Elaine Sanceau introduz o leitor nas primeiras décadas da História do Brasil. As lutas, as dificuldades, as incertezas e as esperanças dos primeiros povoadores de nossa pátria são expostas de modo fascinante, revelando uma realidade maravilhosa que ultrapassa muito o âmbito da lenda.

Capitães do Brasil é um livro que nenhum brasileiro pode deixar de conhecer, sobretudo na atual quadra histórica, em que tantos autores, influenciados por modismos ideológicos já ultrapassados, se empenham em desvirtuar a nossa História, de modo a incutir nos brasileiros vergonha de suas origens e até mesmo de sua nacionalidade. Desse ponto de vista, é revigorante e muito esclarecedora a leitura de *Capitães do Brasil*.

São insuspeitos os juízos altamente favoráveis de Elaine Sanceau acerca de Portugal e, por extensão, do Brasil, que ela vê como a obra-prima do gênio civilizador luso.

São insuspeitos, em primeiro lugar, porque ela não tinha uma gota de sangue português nas veias, sendo, portanto, desinteressado seu julgamento. E, em segundo lugar, porque Elaine Sanceau nem sequer era católica. Sendo protestante de formação, permaneceu anglicana até morrer; era freqüentadora assídua da igreja anglicana de St. James, no Porto, e foi sepultada no cemitério anexo a essa igreja.

Assim, nem paixões de cunho nacionalista nem mesmo filiação religiosa explicam a admiração e o entusiasmo de Elaine Sanceau pela obra grandiosa *“daqueles Reis [da dinastia de Aviz] que foram dilatando a Fé e o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando...”*

A seriedade intelectual de Elaine Sanceau é realçada por um autorizado crítico de sua obra, o Prof. Dr. Geraldo José Amadeu Coelho Dias, da Universidade do Porto:

Desde o Brasil, acicatada pela obra portuguesa dos Descobrimentos, uma vez radicada no Porto, berço do Infante D. Henrique, Elaine Sanceau lançou-se ao estudo das grandes figuras da nossa história naquele período verdadeiramente épico. Ela própria confessa como se entusiasmou e deixou seduzir. Nós sabemos que escreveu coisas bonitas, cheias de ação e vivacidade e de forma literariamente até elaborada. Mas Elaine Sanceau timbrava em dizer também as coisas com verdade histórica e científica. Ela mesma conta como se dedicava a ler na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Mas é sabido que, à medida que se embrenhava na história e na escrita, se deslocava freqüentemente a Lisboa para consultar e pesquisar nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e outros. Não dispensava a leitura das obras dos nossos grandes cronistas. Era rigorosa na pesquisa e leitura dos documentos antigos, que procurava decifrar com a ajuda de especialistas de paleografia e muitas vezes até traduzia os passos mais importantes dos documentos para inglês, a fim de melhor se inteirar do seu conteúdo. Em todos os escritos procurava, como garantia de seriedade, fazer a resenha das fontes consultadas, dos trabalhos lidos e, ao longo dos textos, era criteriosa em fazer as citações dos cronistas que primeiro relataram os acontecimentos...¹

¹ Elaine Sanceau e a sua visão do Infante Dom Henrique, Associação Luso-Britânica do Porto, 1997, pp. 10-11.

O mesmo crítico destaca ainda o valor literário da obra de Elaine Sanceau:

Os seus textos manifestam claramente uma preocupação literária. Aliás, ela partilhava a convicção, que lhe vinha do seu curso de Jornalismo, de que também os textos históricos devem ser atraentes e falar ao leitor. Razão por que lhes procurava incutir quase um sabor de crónica ao vivo, à maneira do seu querido Fernão Lopes. Por isso, o seu estilo é naturalista, palpitante, cheio de vivacidade para meter o leitor na história e não o deixar indiferente. Cada capítulo da sua variada e extensa obra histórica constitui uma seqüência de temas sedutores, onde se sente palpitar a ação e o retrato dos atuantes é, paradigmaticamente, delimitado em todos os contornos de personalidade e idiossincrasia, sem esquecer o necessário enquadramento nos parâmetros do ambiente vital respectivo, quer político, quer social, quer religioso.²

Acrescentemos a essas considerações algumas palavras escritas por outra pessoa altamente credenciada para falar de Elaine Sanceau: Antônio Álvaro Dória, que a par de ter publicado trabalhos históricos de notável valor, foi também o tradutor para o português de várias obras de Elaine Sanceau, inclusive o *Captains of Brazil*.

No belo necrológio que dedicou a Elaine Sanceau quando de seu falecimento, publicado pela revista lisboeta *Resistência*, de fevereiro de 1979, assim se exprime ele:

Não foi historiadora em segunda mão, antes procurou, acima de tudo o mais, ir às fontes na Torre do Tombo, no Arquivo Ultramarino, na Biblioteca Nacional, consultando os documentos coevos, e só depois as obras dos escritores modernos...

Não participava Miss Sanceau da paixão, tantas vezes desvirtuadora quando não desbocada, que encontramos em tantos dos nossos escritores, na apreciação dos homens e dos fatos do passado. Ela possuía congenitamente a serenidade e o equilíbrio judicativo sem o que não pode haver história digna desse nome.

² Ob. cit., p. II.

A par disso, possuía também um estilo muito pessoal, cristalino, sereno, aqui e ali tocado do *humour* tão característico dos Anglo-Saxões, e torna as suas obras de tão deliciosa leitura.

António Álvaro Dória foi amigo de Elaine Sanceau e com ela se carteceu durante 30 anos... mas curiosamente nunca chegou a estar com ela. Para latinos, parece inconcebível um tradutor residir no mesmo país da autora famosa cujos livros traduz – e ademais num país territorialmente pequeno como é Portugal – e nunca a ter visitado.

Mas Elaine Sanceau era muito pouco latina... Embora filha de mãe francesa, e embora tenha passado sua longa vida a estudar e admirar a cultura lusa, ela nunca deixou de ser sobretudo uma anglo-saxã. E, talvez por isso, sempre lhe pareceu natural cartear-se com um colega e amigo residente a não muita distância, e nunca tê-lo visto.

De qualquer forma, António Álvaro Dória é latino, e como tal não esqueceu a emoção que sentiu com o falecimento da velha amiga:

Durante 30 anos nos carteamos, a ilustre escritora e o autor destas linhas, a propósito dos livros que eu ia traduzindo e de trabalhos meus que lhe ofereci, e sempre admirei a serenidade dos seus juízos e a extensão e profundidade da sua cultura especializada. Sem jamais termos chegado à fala, ligava-me a Miss Sanceau uma admiração e uma amizade como só antes as sentira pelo crítico inglês Aubrey Bell.

Por isso, ao tomar conhecimento do seu falecimento, por ignorar que se encontrava doente e hospitalizada, senti forte emoção, esta me fazendo vir imediatamente à memória todos esses anos passados de puro convívio intelectual.



Como dissemos, *Capitães do Brasil* teve duas edições em Portugal, em 1956 e 1976, pela Livraria Civilização, tradicional editora portuense que lançou a maior parte dos livros de Elaine Sanceau e deles detém os direitos autorais. A

mesma editora lançou, em 1965, o texto original inglês da obra: *Captains of Brazil*.

A edição brasileira, que agora veio a lume com autorização especial da Livraria Civilização, teve o texto revisto com cuidado e adaptado à ortografia vigente no Brasil; nele também foram feitos pequenos ajustes de sintaxe. Somente em casos muito excepcionais, quando a substituição de uma palavra pareceu indispensável para a inteligência do grande público brasileiro, é que se tomou a liberdade de substituir alguma palavra por outra mais corrente no Brasil. Um exemplo: quando no texto original constava que os índios brasileiros apreciavam muito as deliciosas “cascavéis” que os portugueses lhes traziam, a palavra *cascavéis* foi substituída por *chocalhos*, ou *guizos*, para que não se pensasse que os índios, ademais de antropófagos, eram também devoradores de serpentes...



Xôôô (conto)

HERNANI DONATO

Quantos anos disse que tem? – Cinquenta. – Mentira. – ... e cinco. – Muitos, para ser espantalho. – Mas é o que tenho sido. – Dá para correr? – Quanto for preciso. – Sabe atirar pedras? – Em três acerto duas. – Uhhh ... sei lá! Empregar um velho nesse serviço. – Pois faça condições. – Bem, o arrozal deve dar trinta sacos. O que faltar, desconto no seu ganho. Espantalho paga pelo que não espanta. Topa?

Topou. Naquele lugar, naquela idade, era só o que havia. Três horas no abrir do dia, três no fechar. Assim que a planta botou espiga, os pássaros chegaram. Cem, duzentos. Pousa aqui, foge ali, piando, bicando, trinando, comendo. Arruinando o arrozal. O velho, braços abertos de crucificado, corria para lá e para cá, apedrejava, gritava, forte, cavernoso:

– Xôôô.

No amornar da manhã, as aves se iam. O homem media os estragos, xingava, prometia fazer melhor. As mulheres que lavavam roupa na corredeira, comentaram: – Até espantalho de capim parece que descansa. Esse, não. Endoidou.

Cientista político, romancista, historiador. Recebeu da Academia Brasileira de Letras os prêmios Joaquim Nabuco (1988) pelo *Dicionário das batalhas brasileiras* e Afonso Arinos 1977 pelo livro de contos *Babel*. Quatro de seus romances foram passados ao cinema, motivaram peças teatrais, balé, teses de mestrado e doutorado. Alguns dos contos figuram em várias antologias nacionais e em espanhol, italiano, japonês, polonês e tcheco.

À tardinha, erguia-se, colérico, braços estendidos gritando a intimação: Xôôô. Os pássaros vinham, como se convidados, vozeando, pipilando, trilandando, subindo, baixando, comendo, bicando. Aves e espantalho disputavam espigas e grãos, até o anoitecer. As lavadeiras, voltando para casa, admiravam: – Nem se feito a propósito seria melhor espantalho.

Semanas, assim. O lavorista colheu a roça: – Só vinte e cinco sacos. Vou descontar o que os pássaros comeram. A paga recebida não dava para mais do que continuar espantalho. Por culpa dos pássaros. Permaneciam por ali, debicando o restolho. Na alegria da fartura, cantavam, triçavam, tagarelavam. Aos ouvidos do homem, aqueles sons eram caçoada. – Malditos. Correu, apedrejou. Não mais pelo ganho. Era como dizia que não desistira, continuava espantalho. O patrão viu, gostou, propôs: – Quer continuar? Vá para o meu alfaçal. Deve dar mil pés. O que faltar será descontado. Serve?

Servia. Era só o que havia para fazer. Assim que a alface enfolhou, os pássaros chegaram. Cem, duzentos. Taralhando, bicando, ciciando, negaceando, galrando, fugindo, voltando. Estragando o alfaçal. De escuro a escuro. Perseguidos pelo tropegar, o gritar roufenho do espantalho: Xôôô... No anoitecer, os pássaros se iam. O espantalho ficava, exausto, arfante. Os vizinhos ofereceram: – Vá descansar no rancho. Não ia: – Logo, eles voltam. Tenho de estar aqui. As mulheres se assombraram: – Aloucou. E como se feito de capim.

Semanas, assim. O alfaceiro completou o corte: – Só novecentos pés em bom estado. Vou descontar os estragados pelos pássaros. Eles continuavam por ali, retouçando o alfaçal. Gorjeando, atitando, pipilando. Isso doeu no espantalho: – E ainda caçoam de mim?! Partiu contra eles a roufenho: – Xôôô. Não por obrigação, mas por teima. As mulheres, na corredeira, lamentaram: – Coitado. Não é mais gente. E só espantalho.

O patrão não tinha outra lavoura para onde levar o espantalho. Vinha chegando o tempo frio. A terra iria repousar. Onde existira arrozal e alfaçal, cresciam ervas, flores selvagens. Um que outro pássaro, caladamente, procurava sementes, insetos, frutinhas. Coisas que nunca mereceram a atenção de

nenhum espantalho. Mas aquele, plantado na várzea, agitando molemente os braços, balbuciava: —Xô... xô contra os vultos esvoaçantes ao seu redor. E não havia pássaros por ali. Havia meninos excitados pela loucura e pela brincadeira: — Ei, espantalho?! Caçoavam, avançando, recuando, assoviando, rindo, gritando: — Xô...